Estratégia nacional e plano de ações DEV PFNL

Stratégie nationale et plan d'actions DEV PFNL

REPÚBLICA GABONENSE MINISTÉRIO DAS ÁGUAS E FLORESTAS ESTRATÉGIA NACIONAL E PLANO DE AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR DOS PRODUTOS FLORAIS NÃO MADEIREIROS NO GABÃO Dezembro 2012

-- 1 de 68 --

-- 2 de 68 --

GCP/RAF/441/GER "Fortalecimento da Segurança Alimentar na África Central através da Gestão Sustentável dos Produtos Florestais Não Madeireiros" ESTRATÉGIA NACIONAL E PLANO DE AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR DOS PRODUTOS FLORAIS NÃO MADEIREIROS NA REPÚBLICA GABONENSE Por: Nathalie NYARE ESSIMA1, Estelle BOUANGA2 e Christian NTOUTOUME3 Em colaboração com: Louis Alain Makaya Ndjimbi4 e Dyana Ndiade Bourobou5 Sob a supervisão de: Ousseynou Ndoye6 Validado em 08 de agosto de 20117 Projeto financiado por Dezembro 2012 1 Consultora principal 2 Consultora responsável pelos aspectos socioeconômicos 3 Consultor responsável pelas técnicas de gestão sustentável do recurso PFNL 4 Coordenador nacional do projeto GCP/RAF/441/GER no Gabão 5 Consultora responsável pela consideração do Protocolo de Nagoya na SNPA/PFNL 6 Coordenador regional do projeto GCP/RAF/441/GER 7 A versão atual integra os comentários feitos durante o workshop sobre o papel dos PFNL na implementação do Protocolo de Nagoya no Gabão, que ocorreu nos dias 5 e 6 de junho de 2012.

-- 3 de 68 --

Este documento de estratégia foi elaborado com o apoio técnico da FAO no âmbito do Projeto GCP/RAF/441/GER sobre o "Fortalecimento da segurança alimentar na África Central através da gestão sustentável dos produtos florestais não madeireiros (PFNL)" e o auxílio financeiro do Ministério Federal da Alemanha para Alimentação, Agricultura e Proteção dos Consumidores. As denominações utilizadas nesta publicação e a apresentação dos dados nela contidos não implicam, por parte da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), qualquer posição quanto ao status jurídico dos países, territórios, cidades ou zonas, ou de suas autoridades, nem quanto ao traçado de suas fronteiras ou limites. O documento expressa as opiniões dos autores e não reflete necessariamente aquelas da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

-- 4 de 68 --

1 ÍNDICE ÍNDICE 1
RESUMO 4
ACRÔNIMOS 5
INTRODUÇÃO CONTEXTUAL DO GABÃO ..... 6 1. Quadro político ..... 9 1.1. Carta de política geral dos setores florestal, pesqueiro e aquicultura, áreas protegidas, meio ambiente e formação / Plano estratégico Gabão emergente / Plano florestal / Plano agrícola/. ..... 9 1.2. Estratégia de desenvolvimento do setor florestal: contribuição ao Documento estratégico de crescimento e redução da pobreza (DSCRP-2)..... 10 1.3. Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza (DSCRP) .. 10 1.4. Pilar "Gabon Verde" ..... 11 1.5. Plano de convergência da COMIFAC ..... 12 1.6. Análise da consideração dos PFNL no

quadro político ..... 12 2. Quadro institucional dos PFNL ..... 13 2.1. Administrações / organizações ..... 13 2.1.1. Administração florestal.....13 2.1.2. Outras administrações/ organizações .....15 2.1.2.1. No nível da exploração dos PFNL .....15 2.1.2.2. As pesquisas sobre os PFNL: transformação/ conservação .....17 2.1.2.3. Comercialização dos PFNL .....18 2.1.3. Comitê Consultivo Nacional PFNL .....18 2.1.4. As companhias florestais.....19 2.2. Análise do quadro institucional..... 19 3. Quadro legal e regulatório que rege os PFNL ..... 21 3.1. Regulamentações ..... 21 3.1.1. Regulamentação florestal .....21 3.1.1.1. Objetivos de gestão sustentável .....21 3.1.1.2. Eixos principais .....21 3.1.1.3. Leis florestais e ordens .....21 3.1.1.4. Textos de aplicação da lei florestal.....23 3.1.2. Regulamentação relativa aos parques nacionais .....24 3.1.3. Lei relativa ao meio ambiente .....24 3.2. Análise do quadro legal e regulatório ..... 25 4. Quadro de gestão sustentável dos PFNL ..... 27 4.1. Contexto ..... 27 4.2.

Restrições ..... 27 4.2.1. Restrições relacionadas ao conhecimento do recurso .....27 4.2.2. Restrições relacionadas à gestão do recurso .....28 4.3. Pontos fortes ..... 28 4.3.1. Pontos fortes relacionados ao conhecimento do recurso .....28 4.3.2. Pontos fortes relacionados à gestão sustentável dos PFNL 29

2 4.3.3. Pontos fortes relacionados à transformação dos PFNL.....29 4.4. Diretrizes para a elaboração da estratégia nacional ..... 29 4.4.1. Regulação do acesso ao recurso .....29 4.4.2. Regulação / divulgação das técnicas de colheita e de coleta .....29 4.4.3. A consideração da domesticação dos PFNL .....30 4.4.4. Medidas a serem tomadas para uma gestão sustentável do recurso PFNL ....31 4.4.5. Medidas a serem tomadas para alcançar uma exploração sustentada dos PFNL..32 4.4.6. PFNL no ordenamento sustentável das florestas .....32 4.4.7. Estratégias de gestão sustentável dos PFNL e sua integração nos esquemas generais de ordenamento florestal .....32 5. Quadro socioeconômico..... 34 5.1. Contexto ..... 34 5.2. Restrições e oportunidades ..... 36 5.2.1. Restrições relacionadas à comercialização dos PFNL alimentares .....36 5.2.2. Restrições relacionadas à transformação .....36 5.2.3. Nkumu (Gnetum spp) .....37 5.2.3.1. Restrições.....37 5.2.3.2. Oportunidades .....37 5.2.4. Odika (Irvingia

gabonensis) .....38 5.2.4.1.
Restrições.....38 5.2.4.2.
Oportunidades .....38 5.2.5. Mégaphrynium
macrostachyum (Marantaceae).....38 5.2.5.1.
Restrições.....38 5.2.5.2.
Oportunidades .....39 5.2.6. Raphia (Raphia
spp) .....39 5.2.6.1.
Restrições.....39 5.2.6.2.
Oportunidades .....39 5.2.7. Resina de okoumé
(Aucoumea klaineana) .....40 5.2.7.1.
Restrições.....40 5.2.7.2.
Oportunidades .....40 6. Estratégia nacional de
desenvolvimento dos PFNL ..... 41 6.1.
Visão ..... 42 6.2. Princípios
básicos ..... 42 6.3. Objetivo
estratégico ..... 42 6.3.1. Objetivo
geral .....42 6.3.2. Objetivo de
desenvolvimento .....43 6.4. Eixos estratégicos
..... 43 6.4.1. Eixo estratégico I:
Fortalecimento do conhecimento sobre os PFNL e sobre as tecnicas de gestão sustentável
associadas à sua exploração .....43 6.4.1.1. Contexto e
justificativa .....43 6.4.1.2. Objetivo
operacional .....44 6.4.1.3. Resultados
esperados .....44 6.4.2. Eixo estratégico II: Elaboração e
implementação do quadro institucional e regulatório específico para o setor
PFNL 44

3 6.4.2.1. Contexto e justificativa .....44 6.4.2.2.
Objetivos operacionais .....44 6.4.2.3. Resultados
esperados .....45 6.4.3. Eixo estratégico III:
Diagnóstico econômico e controle da rastreabilidade das cadeias do setor
PFNL .....45 6.4.3.1. Contexto e
justificativa .....45 6.4.3.2. Objetivo
operacional .....45 6.4.3.3. Resultados
esperados .....45 6.4.4. Eixo estratégico IV:
Fortalecimento das capacidades institucionais e humanas para o desenvolvimento do setor
PFNL .....45 6.4.4.1. Contexto e
justificativa .....45 6.4.4.2. Objetivo
operacional .....46 6.4.4.3. Resultados
esperados .....46 6.4.5. Eixo estratégico V: Criação de
um clima propício a novos investimentos no setor
PFNL .....46 6.4.5.1. Contexto e
justificativa .....46 6.4.5.2. Objetivos
operacionais .....47 6.4.5.3. Resultados
esperados .....47 7. Quadro sinótico da
estratégia ..... 48 8. Plano de ações da
estratégia 50
CONCLUSÃO 60

BIBLIOGRAFIA 62

-- 7 de 68 --

4 RESUMO O presente documento contém três partes principais. A primeira apresenta um balanço diagnóstico dos diferentes aspectos do setor PFNL no Gabão. A segunda é a estratégia nacional com uma apresentação dos eixos estratégicos a serem desenvolvidos e uma declaração dos resultados a serem alcançados. A terceira parte é o plano de ações no qual são identificadas as atividades a serem realizadas para alcançar o objetivo da estratégia. O Gabão assumiu compromissos políticos, tanto em nível nacional quanto sob-regional, para o desenvolvimento dos Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNL). Esses compromissos mostram a vontade do Gabão de desenvolver este setor, mas nenhuma orientação real foi dada. No Gabão, as denominações PFNL e PFABO são comumente usadas e se referem à mesma coisa; assim, o decreto de 2004 fala de PFABO e a ordem de 2008 menciona o termo PFNL. No plano institucional, houve a criação e implementação em 2011 de uma direção responsável pelos PFABO dentro da administração florestal. Para garantir a concertação entre os atores envolvidos no setor dos PFNL, foi criado um Comitê Consultivo Nacional sobre esses produtos (CCN-PFNL). Agora é necessário fornecer recursos a essas diferentes estruturas para garantir seu funcionamento e dinamismo. No nível regulatório, os diferentes textos relativos às florestas e parques nacionais têm disposições que visam considerar o interesse das populações no âmbito dos direitos de uso consuetudinário. Uma inserção foi feita desde 2008 sobre os direitos de uso econômicos que permitem às comunidades comercializar pequenas quantidades de PFNL; o que é uma inovação importante. Na perspectiva de que o país deseja garantir a contribuição desses produtos para as economias local e nacional, é evidente que o quadro regulatório deve ser necessariamente revisado/complementado. A análise da gestão do recurso destacou restrições e pontos fortes relativos ao seu conhecimento, acesso, transformação e divulgação dessas técnicas de colheita. O mesmo se aplica à apresentação do quadro socioeconômico no qual as restrições e pontos fortes foram apresentados para cinco PFNL identificados como produtos-chave. A estratégia nacional sobre os PFNL, que constitui a segunda parte deste documento, apresenta cinco eixos estratégicos relativos ao i) Fortalecimento do conhecimento sobre os PFNL e sobre as técnicas de gestão sustentável associadas à sua exploração, ii) Elaboração e implementação do quadro institucional e regulatório específico para o setor PFNL, iii) Diagnóstico econômico e controle da rastreabilidade das cadeias do setor PFNL e iv) Fortalecimento das capacidades institucionais e humanas para o desenvolvimento do setor PFNL, e v) a Criação de um clima propício aos investimentos no setor. Na terceira parte, encontra-se um plano de ações associado a cada um dos eixos estratégicos que complementa a estratégia nacional e propõe um cronograma de realização das atividades identificadas para um período de cinco anos.

-- 8 de 68 --

5 ACRÔNIMOS CCN: Comitê Consultivo Nacional sobre os PFNL CENAREST: Centro Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas CIRMF: Centro Internacional de Pesquisas Médicas de Franceville COMIFAC: Comissão das Florestas da África Central DFPE: Domínio Florestal Permanente do Estado DGEF: Direção Geral das Águas e Florestas DIARF: Direção de Inventários, Planejamentos e Regeneração das Florestas DSCRP: Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza FAO: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura IPHAMETRA: Instituto de Farmacopeia e Medicina Tradicional IRAF: Instituto de Pesquisas Agronômicas e Florestais IRET: Instituto de Pesquisa em Ecologia Tropical MEF: Ministério das Águas e Florestas ONG: Organização Não Governamental PFABO: Produtos Florestais Outros que a Madeira PFNL: Produtos Florestais Não Madeireiros PIB: Produto Interno Bruto PME: Pequenas e Médias Empresas PMI: Pequenas e Médias Indústrias PMEF: Pequenas e Médias Empresas

Florestais PMIF: Pequenas e Médias Indústrias Florestais PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PSFE: Programa Setorial Floresta Ambiente USS: Universidade das Ciências da Saúde

-- 9 de 68 --

6 INTRODUÇÃO CONTEXTUAL DO GABÃO O Gabão é um país da África Central com uma área de 267.667 km². É limitado ao norte pelo Camarões e pela Guiné Equatorial, a leste e ao sul pelo Congo Brazzaville e a oeste pelo oceano atlântico. O Gabão é um país pouco populoso. Em 2005, sua população foi estimada em 1,3 milhões de habitantes (PNUD, 2007). A densidade média da população é de 5 habitantes por km², fazendo do Gabão o país da África onde a razão floresta-habitante é uma das mais altas. O meio urbano é mais populoso do que as áreas rurais devido à intensificação do fenômeno do êxodo rural (quase 80% em 2000). A taxa de crescimento da população urbana é estimada em 2,2%. O Gabão faz parte da Bacia do Congo. O clima é do tipo equatorial úmido, o que favorece uma vegetação exuberante com uma importante floresta densa úmida que cobre cerca de 80% do território nacional. A floresta densa úmida abriga uma importante biodiversidade composta por espécies vegetais (ligneiras e não ligneiras) e faunísticas, das quais várias são endêmicas. Devido à sua riqueza florística, especialmente em espécies ligneiras, o Gabão desenvolveu uma importante atividade econômica baseada na madeira: exploração, transformação, etc. Esta atividade é realizada por um certo número de empresas florestais gabonesas e estrangeiras (francesas, chinesas, malaia, etc.) mais ou menos importantes em termos de superfícies concedidas, número de empregos criados e/ou recursos. No Gabão, o setor florestal é o segundo empregador após o Estado, mostrando assim a importância deste setor de atividade no país. Por isso, um foco especial foi dado à implementação de ferramentas que permitam seu bom funcionamento. Assim, o aspecto institucional é coberto pelo Ministério das Águas e Florestas (MINEF) com diferentes direções gerais criados em fevereiro de 2011 que atuam em temas como florestas, indústrias de madeira, valorização dos produtos florestais não ligneiros, fauna, etc. No plano jurídico-normativo, a lei 16/01 de 31 de dezembro de 2001 estabelece as modalidades de intervenção no domínio florestal nacional, assim como regula a atividade florestal. Um certo número de textos de aplicação (decretos e portarias) já foram adotados e outros estão em processo de assinatura. O mesmo se aplica a documentos normativos (Guia Técnico Nacional de manejo florestal). Um processo de revisão da regulamentação florestal em vigor foi iniciado desde o início do segundo trimestre de 2011. Esta revisão visa notavelmente a complementar/emendar o quadro existente, integrando certos aspectos que permitirão cobrir doravante novas temáticas (ecossistemas aquáticos, indústrias de madeira, PFNL, etc.). No plano econômico, a atividade florestal contribui para o Produto Interno Bruto (PIB) do país com uma taxa de cerca de 3%. É verdade que essa contribuição teve uma queda nos d últimos anos, mas o setor madeireiro continua sendo um setor chave no Gabão. A ambição do Governo gabonês é aumentar esse PIB de maneira significativa nos próximos 5 a 10 anos. Infelizmente, em relação às espécies vegetais, as atividades relativas à implementação do quadro jurídico-normativo dizem respeito apenas ao setor madeireiro (espécies vegetais ligneiras) e pouco (ou nenhum) foco foi dado às espécies vegetais não ligneiras chamadas Produtos Florestais Não Ligneiros (PFNL) ou (como é o caso no Gabão) Produtos Florestais Outros que a Madeira (PFABO). No entanto, WALTER et al. (2008), durante um estudo realizado na sub-região da África Central, demonstraram que em

-- 10 de 68 --

7 função dos países, alguns desses produtos intervêm de maneira significativa nas economias locais. No nível de Gabão, ainda é bastante difícil quantificar as receitas provenientes da comercialização dos PFNL. No entanto, um estudo realizado em três províncias do Gabão (Ministério da Economia Florestal, 2002) demonstrou i) que em áreas rurais, os PFNL constituem

a principal fonte de alimentação e ii) que 50% das pessoas que atuam na comercialização desses produtos o fazem para viver. No Gabão, a importância social desses produtos é inegável, especialmente sua contribuição nos planos cultural e alimentar (NGOYE, 2010). No que diz respeito à economia nacional, muitos estudos apontaram que a contribuição dos PFNL à economia nacional ainda precisa ser demonstrada, mesmo que, como mencionado acima, dados existentes já demonstrem uma contribuição líquida à economia local (Ministério da Economia Florestal, 2002). No momento em que o Gabão promove a diversificação de sua economia e a implicação das populações na gestão dos recursos florestais, é oportuno valorizar esses diferentes produtos. Essa valorização passa, em particular, pela identificação de eixos prioritários que, no âmbito de uma estratégia nacional, permitiriam orientar as ações a serem empreendidas para o desenvolvimento do setor PFNL no Gabão. Dada a importância dos PFNL, a FAO iniciou um certo número de projetos com o objetivo de apoiar os países da COMIFAC (dos quais o Gabão é membro) na promoção da gestão sustentável desses produtos. Esse apoio começou com o projeto GCP/RAF/398/GER "Fortalecimento da segurança alimentar na África Central através da gestão e uso sustentável dos PFNL". Os objetivos eram i) aumentar a conscientização e o conhecimento do papel dos PFNL para a segurança alimentar e ii) estabelecer as bases para uma integração sistemática de informações sobre alimentos florestais nos programas e políticas pertinentes. Este projeto resultou, em 2007, na elaboração das "Diretrizes sub-regionais relativas à gestão sustentável dos PFNL de origem vegetal na África Central". Além disso, e a pedido dos Pontos Focais representando os governos, o projeto facilitou a elaboração da estratégia nacional e do plano de ações para o desenvolvimento dos PFNL no Congo. Foram então formuladas recomendações para a elaboração do mesmo documento em outros países da COMIFAC, dos quais fazem parte o Gabão e a República Centro-Africana. Com base nos resultados do GCP/RAF/398/GER, a FAO lançou o projeto GCP/RAF/441/GER "Fortalecimento da segurança alimentar na África Central através da gestão sustentável dos PFNL". Este projeto sub-regional fornece, entre outras coisas, apoio técnico ao governo gabonês na elaboração de uma "Estratégia Nacional e Plano de Ações para o desenvolvimento do setor PFNL". Esta estratégia visa "preencher a lacuna institucional sobre a questão dos PFNL e dotar o país de um instrumento de referência para a valorização desses produtos". Lembramos aqui que os elementos desenvolvidos a seguir dizem respeito aos PFNL de origem vegetal, conforme definido nas "Diretrizes sub-regionais relativas à gestão durada dos PFNL de origem vegetal na África Central". Neste documento, falaremos dos PFNL (nome reconhecido no nível da sub-região da África Central) ou dos PFABO (nome no Gabão), mas mantendo em mente que se trata, em ambos os casos, de produtos florestais não madeireiros de origem vegetal. A metodologia na elaboração desta estratégia nacional consistiu em i) tomar conhecimento da literatura existente sobre os PFNL no Gabão e na sub-região

8 da África Central, e ii) coletar as opiniões dos atores através de intercâmbios com pessoas recursos no Gabão. O presente documento apresenta: Um balanço diagnóstico que apresenta o setor dos PFNL no Gabão; A estratégia nacional com uma apresentação dos eixos estratégicos a serem desenvolvidos, declinando os resultados a serem alcançados; O plano de ações onde são identificadas as atividades a serem realizadas para alcançar o documento objetivo da estratégia.

9 1. Quadro político A política gabonesa em matéria de desenvolvimento dos Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNL) tem suas raízes em: A carta de política geral dos setores floresta, pesca e aquicultura, áreas protegidas, meio ambiente e formação e a estratégia de desenvolvimento (contribuição do setor Águas e Florestas ao DSCRP - 2) O Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza (DSCRP); O pilar "Gabon verde"; O Plano de convergência

da COMIFAC. 1.1. Carta de política geral dos setores floresta, pesca e aquicultura, áreas protegidas, meio ambiente e formação / Plano estratégico Gabão emergente / Plano floresta – madeira / Plano agricultura/. O Gabão se comprometeu com a diversificação de sua economia nacional. Para isso, o Governo identificou as reformas a serem realizadas para melhorar a eficácia econômica e os benefícios sociais trazidos aos nacionais pela exploração dos recursos naturais. Essas reformas em matéria de floresta, pesca e aquicultura, áreas protegidas, meio ambiente e formação estão consignadas em uma "Carta de Política". A carta de Política é uma agenda de reformas de governança centrada na informação pública e na aplicação das regras e acordos acordados. Ela visa: Criar empregos; Melhorar a rentabilidade das empresas do setor em questão; Promover o empreendedorismo nacional e a transferência de tecnologia; Envolver as comunidades rurais e a sociedade civil na gestão dos recursos naturais; Aumentar as receitas orçamentárias do estado e redistribuir uma parte para as entidades locais. No setor florestal, o Ministério das Águas e Florestas, através da Direção Geral das Águas e Florestas (DGEF), havia inscrito um plano de ação para o período 2006-2008, dos quais um dos objetivos era melhorar a contribuição do setor florestal ao PIB. Entre as atividades a serem realizadas para alcançar esse objetivo, estava prevista a promoção do comércio dos produtos florestais além da madeira de obra. No setor do meio ambiente, uma das reformas previstas visa "aumentar a valorização dos bens e serviços ambientais". Para isso, uma das estratégias é "identificar os setores economicamente rentáveis" dos quais os PFNL. Trata-se de listar os PFNL rentáveis, ou seja, aqueles com alto valor agregado, como Irvingia gabonensis, Gnetum spp., Calamus sp, etc8. 8 Carta de política dos setores floresta, pesca e aquicultura, áreas protegidas, meio ambiente e de formação. 17 de maio de 2004.

10 1.2. Estratégia de desenvolvimento do setor florestal: contribuição ao Documento estratégico de crescimento e redução da pobreza (DSCRP-2) Na perspectiva de diversificação da economia, o departamento das Águas e Florestas, através desta estratégia, visa melhorar o desempenho do setor florestal, que constitui um reservatório de valor agregado, de empregos diretos e indiretos, de recursos alimentares para as populações e de receitas fiscais para o Estado. A estratégia proposta articula-se em torno de quatro eixos principais: O relançamento da gestão sustentável dos recursos florestais; A continuidade e promoção de uma indústria moderna, eficiente, diversificada e com alto valor agregado; A consolidação dos esforços em matéria de conservação da biodiversidade; O desenvolvimento de ferramentas de avaliação dos estoques, de otimização das receitas e de mobilização dos mecanismos de financiamento. Ela passa, portanto, globalmente por (i) o fortalecimento das capacidades do setor, (ii) a gestão durada das florestas, (iii) a industrialização mais avançada da cadeia de madeira, (iv) a conservação e valorização da biodiversidade, (v) a formação - pesquisa/desenvolvimento. De maneira específica, a estratégia articulou o desenvolvimento da cadeia PFABO em torno de (i) a identificação dos PFABO de alto valor agregado, (ii) sua integração nas estratégias nacionais de desenvolvimento, especialmente na saúde, educação, agricultura e pesquisa, (iii) a implementação de um quadro regulatório e fiscal que rege o desenvolvimento dos PFABO. 1.3. Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza (DSCRP) Para remediar a imagem de pobreza que se traduz em indicadores sociais fracos, o Gabão decidiu elaborar o Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza (DSCRP). Este documento tem como objetivo principal "implementar programas e reformas estruturais visando criar riqueza e emprego, através do desenvolvimento de setores de atividade que possam sustentar o crescimento da economia após o petróleo". Ele visa, em seguida, reduzir a pobreza através da implementação de uma verdadeira política de redistribuição dos frutos do crescimento, com programas visando melhorar acessibilidade aos serviços sociais básicos para as populações, especialmente nas áreas de água, habitação, moradia, educação básica e cuidados de saúde primários. Ele se

baseia em quatro pilares fundamentais: Pilar 1: Promoção de um crescimento forte, sustentado e benéfico para os pobres; Pilar 2: Melhoria das infraestruturas; Pilar 3: Melhoria do acesso das populações aos serviços essenciais; Pilar 4: Melhoria da governança. O DSCRP identificou um certo número de restrições e desafios para o desenvolvimento do setor florestal no Gabão:

-- 14 de 68 --

11 A insuficiência de mão de obra qualificada; A fraqueza da taxa de transformação local do recurso; O caráter relativamente mais elevado do que nos países vizinhos dos custos de fatores; A fraqueza da participação dos nacionais na exploração e transformação da madeira; A degradação das infraestruturas de transporte e evacuação dos produtos florestais; A estreiteza do mercado interno, de onde uma forte dependência em relação aos mercados estrangeiros; A fraqueza das estatísticas florestais; A insuficiência da contribuição do setor florestal para o desenvolvimento rural; A fraqueza da pesquisa e desenvolvimento; A relativa fraqueza dos recursos financeiros próprios, especialmente em meio gabonês, e a ausência de um sistema de crédito apropriado. Para isso, foram propostas quatro estratégias, das quais aqui retomamos alguns dos pontos levantados pelo DSCRP: Reforço do quadro institucional aplicando as disposições do código florestal que estabelece as modalidades de gestão sustentável da floresta. Promoção da exploração racional da floresta em : o Generalizando as experiências visando apoiar as ações de desenvolvimento de interesse coletivo iniciadas pelas comunidades locais, e estabelecendo florestas comunitárias; o Reforçando a pesquisa e desenvolvimento para aumentar os rendimentos e diversificar a produção. Aumento do valor agregado no setor, através do apoio à industrialização da cadeia madeireira. Implementação de medidas visando a equidade, reforçando a participação dos nacionais na exploração e transformação da madeira, e reservando-lhes um percentual de adjudicação da cadeia madeireira. 1.4. Pilar "Gabon Verde" O Presidente gabonês fez do "Gabon Verde" um dos pilares de seu programa de sociedade. Esse programa implica ações relacionadas à "economia verde" que é anunciada como um dos vetores da economia mundial do século XXI. O Gabão possui os atributos para se tornar um grande ator. Neste programa de sociedade, trata-se especialmente de preservar a floresta gabonesa e de "construir uma agricultura, uma pesca e uma aquicultura modernas, garantindo a segurança alimentar no Gabão". A implementação dessa política será realizada pelos diferentes departamentos ministeriais envolvidos, incluindo o ministério responsável pelas florestas e pela agricultura.

-- 15 de 68 --

12 1.5. Plano de convergência da COMIFAC O Gabão é membro da COMIFAC e, portanto, adere aos compromissos assumidos dentro dessa instituição. Da mesma forma, deve implementar, a nível nacional, o plano de convergência elaborado por essa organização, bem como todas as diretrizes estabelecidas. O Gabão, assim como os outros Estados membros da COMIFAC, desenvolveu um plano de operacionalização que visa facilitar a implementação do plano de convergência. Este plano de operacionalização prevê o desenvolvimento do setor PFNL em termos de gestão sustentável e valorização desses produtos. Para facilitar a implementação de seu plano de convergência, a COMIFAC (com o apoio da FAO, da GIZ e de outros parceiros) redigiu as "Diretrizes sub-regionais relativas à gestão sustentável dos PFNL de origem vegetal na África Central". Essas Diretrizes proporcionam bases comuns para os países da COMIFAC promoverem a gestão sustentável dos PFNL. Assim, cabe a cada Estado tomar medidas/ disposições para integrá-las em seu contexto nacional. 1.6. Análise da consideração dos PFNL no quadro político Os diferentes compromissos políticos mencionados acima permitiram demonstrar a "vontade affichée" do Gabão em desenvolver o setor dos PFNL. Essa vontade é afirmada tanto a nível nacional quanto sub-regional. No entanto, ainda em relação aos

compromissos políticos, é importante destacar algumas falhas apresentadas abaixo. Em relação à carta de política geral dos setores floresta, pesca e aquicultura, áreas protegidas, meio ambiente e formação e à estratégia de desenvolvimento do setor florestal A constatação revela que muito poucas ações concretas são visíveis no terreno em relação à valorização do setor PFNL. Isso é especialmente ressaltado pelas populações locais para as quais os compromissos políticos devem ser seguidos de realizações. Em relação ao DSCRP A principal limitação é a insuficiência de estudos "nacionais" que permitam demonstrar as potencialidades reais dos PFNL, no âmbito de uma verdadeira atividade econômica que tem como objetivo, entre outros, a contribuição desses produtos para as receitas do Estado e para a economia nacional. Os dados atuais baseiam-se muitas vezes em estudos sub-regionais que tomaram como exemplo países da sub-região (como Camarões) que têm contextos socioeconômicos diferentes (mercado local, efetivo da população, intercâmbios com os países vizinhos, etc.). Portanto, seria necessário, no contexto do Gabão, identificar as "potencialidades econômicas reais" desses produtos para melhor orientar as decisões: comércio internacional, comércio sub-regional, comércio nacional, comércio local, etc. Essa identificação poderia ser feita no âmbito de um estudo nacional que também permitiria identificar os "PFNL principais gaboneses" (cf. a parte abaixo). Em relação ao Pilar "Gabon Verde" É importante ressaltar que se trata de um programa de sociedade. Portanto, permanece bastante geral e não contém elementos concretos relativos à sua implementação. E como ressaltado anteriormente, é dentro dos diferentes departamentos ministeriais que as ações serão desenvolvidas.

13 Em relação à implementação do plano de convergência da COMIFAC. A baixa apropriação do plano de convergência pelo país, com: Uma baixa implementação do plano de operacionalização realizado a nível do Gabão; Uma ausência de contextualização das Diretrizes da COMIFAC em matéria de PFNL no Gabão, essa lacuna deve ser preenchida no âmbito do projeto GCP/RAF/441/GER. Em termos de diagnóstico, podemos, no entanto, ressaltar: A ausência de diretrizes claras sobre os aspectos a serem desenvolvidos no setor dos PFNL: economia local e/ou economia nacional. Trata-se de uma escolha política que deve ser feita pelo país. No entanto, conduzir as duas economias simultaneamente não é incompatível; nesse caso, seria necessário, dependendo de uma ou outra opção, identificar as ações a serem realizadas (algumas dessas ações podem ser transversais). A ausência de uma lista nacional de "PFNL principais/prioritários/maiores" que permitiria priorizar as intervenções nesse setor. Até agora, cada estudo/projeto define o que constitui, de acordo com seus objetivos, os PFNL principais. Essa tarefa seria atribuída a cientistas e economistas (e outros) que poderão, com base em critérios que terão previamente identificado, propor o que pode ser considerado "produtos maiores". 2. Quadro institucional dos PFNL Além da administração florestal, que está principalmente envolvida no domínio PFNL, várias outras organizações governamentais e não governamentais estão, ou devem estar, envolvidas na gestão sustentável/utilização desses produtos. As implicações dessas instituições citadas acima decorrem de suas atribuições, conforme especificado nos textos regulamentares a esse respeito. A apresentação dessas instituições depende do papel que desempenham no desenvolvimento do setor dos PFNL (exploração, comercialização, transformação). É importante ressaltar que a lista não é exaustiva e que algumas instituições podem intervir em diferentes níveis na cadeia. É o caso, por exemplo, da administração responsável pelos impostos que intervém em matéria de arrecadação de taxas e tributos tanto na exploração (direitos de acesso ao recurso), na transformação (pelas PME PMI) e na comercialização dos PFNL. 2.1. Administrações / organizações 2.1.1. Administração florestal A administração florestal, devido ao seu papel na gestão do domínio florestal, está no centro do desenvolvimento do setor PFNL. Ela intervém no âmbito de sua política em matéria de: Ordenamento/gestão dos recursos florestais; Comercialização/promoção dos produtos

florestais; Implicação dos Nacionais na gestão dos recursos florestais;

-- 17 de 68 --

14 Melhoria da contribuição do setor florestal para a economia nacional. Até agora, a gestão dos PFABO foi feita de maneira "dispersa" dentro dos diferentes órgãos da Direção Geral das Águas e Florestas (Inspeções provinciais, DDICB, DIARF). Assim, o desenvolvimento do setor PFNL foi retardado devido à ausência de uma estrutura específica encarregada dos PFNL. Essa situação dava às diferentes direções técnicas do Ministério das Águas e Florestas uma visão parcial desse setor (ordenamento, industrialização, concessão de autorizações...), o que constituía uma lacuna para um desenvolvimento efetivo. Desde fevereiro de 2011, foi criada a "Direção Geral das Indústrias, do Comércio da Madeira e da Valorização dos Produtos Florestais", dentro da qual se encontra a "Direção da Valorização dos PFABO" (Decreto n° 291/PR/MEF que trata das atribuições e organização do Ministério das Águas e Florestas) com atribuições, entre outras, de: Participar da elaboração e/ou revisão periódica dos textos regulamentares; Fazer cumprir as diretrizes internacionais; Manter atualizada a base de dados sobre os atores (exploração, transformação, comercialização); Participar da elaboração da fiscalidade específica à comercialização dos PFABO; Elaborar normas de inventários, classificação e comercialização dos PFABO; Identificar os atores envolvidos nas atividades de valorização; Fazer uma tipologia e um arquivo estatístico das produções; Criar uma base de dados relativa ao potencial dos terroiros; Participar da realização de estudos prospectivos sobre o impacto socioeconômico dos PFABO na economia nacional; Participar da elaboração de um esquema diretor sobre a valorização e promoção dos PFABO; Contribuir para a implementação de mecanismos de financiamento visando a valorização mais aprofundada dos PFABO; Examinar os pedidos de autorização profissional em matéria de valorização dos PFABO; Etc. Essa direção técnica é composta por três serviços: O Serviço de normas e classificação; O Serviço de inventários; O Serviço do comércio, promoção e valorização. A criação das direções provinciais dentro da "Direção Geral das Indústrias, do Comércio da Madeira e da Valorização dos Produtos Florestais" deve facilitar a implicação dos atores locais (populações, operadores econômicos, diferentes administrações decentralizadas, etc.) na implementação i) da presente estratégia nacional; ii) dos programas de trabalho da "direção da valorização dos PFABO".

-- 18 de 68 --

15 As seções abaixo apresentam as outras instituições/organizações que atuam ou devem atuar em diferentes "ramificações" do setor PFNL. A lista não é exaustiva, mas apresenta as principais estruturas envolvidas. 2.1.2. Outras administrações/organizações 2.1.2.1. No nível da exploração dos PFNL Os institutos de pesquisa A gestão dos PFNL deve passar por uma forte implicação das instituições de pesquisa gabonesas, a maioria das quais está agrupada no Centro Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica (CENAREST). Inclui, entre outros: O Instituto de Pesquisas Agronômicas e Florestais (IRAF): Sua missão é o conhecimento dos solos, a melhoria das produções vegetais e sua valorização. O Instituto de Farmacopeia e Medicina Tradicional (IPHAMETRA): Sua missão é a valorização da terapêutica e da medicina tradicionais, da farmacopeia tradicional e do conhecimento das plantas medicinais. O Instituto de Pesquisa em Ecologia Tropical (IRET): Suas missões incluem estudar o funcionamento global dos ecossistemas em ambiente gabonês, sua estabilidade, seu potencial de transformação, o conhecimento da dinâmica florestal e da biodiversidade, bem como contribuir para a gestão sustentável dos ecossistemas; O Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IRT): Atua na elaboração de ferramentas e meios que assegurem uma melhor conservação e transformação dos PFNL. O Instituto de Pesquisas em Ciências Humanas (IRSH): Atua, entre outros, na organização e no acompanhamento das populações, especialmente no desenvolvimento das cadeias produtivas e

no fortalecimento das capacidades dos atores envolvidos nessas cadeias. O Ministério responsável pelo meio ambiente A Direção Geral do Meio Ambiente, responsável pela preservação e uso sustentável dos recursos naturais, deve se envolver através do Observatório Nacional da Biodiversidade (ONB). Os PFNL são um componente essencial da diversidade biológica gabonesa e sua exploração, assim como a da madeira (com métodos adequados), deve atender a normas de gestão sustentável. Assim, o Observatório deve: Elaborar em colaboração com outros departamentos métodos de coleta com impacto reduzido; Considerar os PFNL nos estudos de impacto ambiental que lhes são submetidos pelos operadores econômicos para validação. O Ministério responsável pela agricultura O Ministério adotou, em 2010, uma nova abordagem para o desenvolvimento agrícola e um programa emblemático para sua implementação: o Programa Agrícola de Segurança Alimentar e Crescimento (PRASAC). Este programa é estruturado em torno de três componentes, a saber: o Programa Nacional de Segurança Alimentar (PNSA), o Programa de Reabilitação das Explorações Agrícolas (PREA) e o Programa de Apoio à Produção Intensiva (PAPI). A Componente PNSA, em seu eixo 3, intitulado "Desenvolvimento da Agrofloresta Comunitária: promoção de árvores frutíferas e florestais", considera os PFNL, cuja finalidade é diversificar os sistemas de produção em áreas rurais por meio de sua domesticação participativa ao lado das culturas alimentares. O Ministério responsável pelo orçamento Este ministério atua principalmente através da lei de finanças que estabelece os impostos e taxas provenientes da exploração de produtos florestais. Os diferentes impostos florestais são: o imposto sobre a superfície, o imposto sobre a derrubada, as taxas florestais, os Direitos e Impostos de Saída (principalmente aplicados na exportação de toras). Uma modificação dos impostos está atualmente em andamento devido, por um lado, à suspensão da exportação de toras e, por outro, à necessidade de atualização com a ambição de manter um quadro incentivador para os operadores. A tributação florestal é fixada pela lei de finanças. Assim, o setor florestal contribui para o PIB nacional. No entanto, a madeira continua sendo o principal recurso florestal envolvido e nada ainda foi definido em relação à exploração dos PFNL. Com o objetivo de diversificar a economia nacional e melhorar as receitas do Estado, uma atenção

especial deve ser dada aos impostos e taxas provenientes dos PFNL. O Ministério responsável pela saúde Este Ministério atua principalmente na área da saúde pública e pode especificar, no âmbito de um programa de segurança alimentar, as composições químicas e os aportes nutricionais dos PFNL. Além disso, este ministério poderia intervir na promoção (em nível nacional, regional e internacional) de certos PFNL alimentares que necessitam de melhor visibilidade em relação às suas características nutricionais. Embora seja verdade que as populações locais os consumam por tradição, o desenvolvimento de mercados estrangeiros para esses produtos requer ações de marketing baseadas, entre outras coisas, em suas características e aportes nutricionais. As ONGs de conservação Elas atuam em diferentes níveis na gestão dos PFNL. No que diz respeito às ONGs (nacionais e internacionais) de conservação, elas se preocupam com questões relacionadas à gestão sustentável dos recursos naturais. No Gabão, as principais ONGs internacionais que atuam há décadas são o WCS e o WWF. Nos últimos anos, a UICN, ZSL, Instituto Jane GOODAL e o WRI também começaram ações de campo. Muitas ONGs nacionais também se afirmaram nos últimos anos e realizam tanto atividades de advocacy quanto projetos de campo. Assim, tornaram-se atores importantes no setor florestal gabonês. Este é o caso da Gabon Environnement, Aventura Sem Fronteiras (ASF), Ibonga, para citar apenas algumas. Até agora, um foco especial foi dado às florestas de produção com o manejo sustentável das concessões florestais. É necessário que ações visando a gestão sustentável de todos os recursos florestais - florestas de produção, PFNL, outros - sejam realizadas. As ONGs ambientais têm a vantagem de alertar sobre questões relacionadas à gestão dos recursos naturais. Elas podem promover a criação de uma estrutura de gestão,

atraindo a atenção da opinião pública nacional e internacional sobre a exploração e comercialização desses produtos. De fato, elas têm a capacidade de criar o impulso necessário para uma consideração efetiva desses produtos como produtos florestais em si. Portanto, podem não apenas promover o lançamento de um verdadeiro processo de gestão sustentável dos PFNL, mas também garantir o acompanhamento desse processo. Elas também podem oferecer apoio técnico tanto à administração quanto às populações locais em relação à exploração dos PFNL. As populações locais Elas permanecem no cerne da problemática dos PFNL, pois têm acesso direto a esses produtos, os utilizam de forma permanente para diferentes usos e são mais ou menos dependentes deles. Por muito tempo, usuários dos PFNL nos contextos alimentar e sociocultural, as populações locais agora os fazem intervir (em diferentes graus) na economia de seus lares. Assim, esses produtos contribuem, de maneira mais ou menos significativa, para a segurança alimentar e para a luta contra a pobreza em áreas rurais. No Gabão, a consideração das populações locais sempre teve um lugar importante na regulamentação florestal. Assim, um dos eixos estratégicos da regulamentação florestal em vigor é "a implicação das populações na gestão sustentável dos recursos florestais", e essa consideração se traduziu, entre outras coisas, em: A identificação de "séries agrícolas" nas concessões florestais; A instituição do domínio florestal rural; A instituição de florestas comunitárias; O reconhecimento dos direitos de uso costumeiro e dos direitos de uso econômicos. 2.1.2.2. As pesquisas sobre os PFNL: transformação/conservação Os institutos de pesquisa A comunidade científica não está à margem, pois observa-se um número crescente de publicações sobre a contribuição dos PFNL na luta contra a pobreza (Schreckenberg et al., 2006). Esses trabalhos demonstram a existência de mercados significativos para esses produtos, tanto dentro das fronteiras nacionais (Shackleton et al., 2007) quanto na exportação (Pérez et al., 1999). Os institutos de pesquisa poderiam atuar

em várias áreas e facilitarão o domínio de todas as principais cadeias de PFNL. Esses institutos também podem intervir nos processos de elaboração de metodologias de estudos relacionados, por exemplo, aos processos de transformação e conservação. A existência de mercados ativos para certos PFNL é, evidentemente, uma condição para que os produtores/coletores possam vender mais e aumentar sua renda. Mas no Gabão, muito poucos trabalhos indicam hoje o impacto socioeconômico real dos

18 mercados de PFNL sobre o nível de bem-estar em escala nacional. Essas questões importantes só podem ser respondidas pelos pesquisadores. Os estudos revelaram que a natureza particularmente perecível da maioria desses produtos é um verdadeiro obstáculo ao desenvolvimento deste setor. O Ministério responsável pelas Pequenas e Médias Empresas (PME), das Pequenas e Médias Indústrias (PMI) Este ministério atua na criação e regulação das unidades de transformação, PME ou PMI, em todo o território nacional. Os diferentes estudos revelaram que o desenvolvimento dos PFNL passa, em particular, pela organização das cadeias, a implementação de processos de transformação e conservação desses produtos. Assim, a organização das cadeias deve permitir a criação de PME-PMI; essas últimas permitirão desenvolver processos de transformação e conservação dos PFNL. 2.1.2.3. Comercialização dos PFNL O Ministério responsável pelo comércio Este ministério atua na comercialização dos PFNL. Ele assegura o acompanhamento dos operadores, a promoção e a regulação da atividade, a concessão de autorizações de exercício aos comerciantes. É, portanto, um ponto central na comercialização dos PFNL. O Ministério da agricultura A demanda por consumo e comercialização dos PFNL varia consideravelmente de uma cidade para outra. Os produtos agrícolas são os mais consumidos e vendidos. Os PFNL são consumidos durante seus períodos de frutificação e os momentos de escassez como uma rede de segurança alimentar. 2.1.3. Comitê Consultivo Nacional PFNL Um Comitê Consultivo Nacional (CCN) sobre os PFNL foi criado no Gabão. O CCN-PFNL tem como função "apoiar as atividades do subgrupo de trabalho PFNL na

África Central da COMIFAC em escala do Gabão". Ele constitui um espaço de discussão sobre os aspectos que visam valorizar os PFNL e aumentar sua contribuição na economia nacional. É composto por representantes de instituições públicas ou governamentais, parceiros de desenvolvimento e instituições de pesquisa, da sociedade civil, empresas florestais, associações de comerciantes, produtores, populações locais e povos indígenas, forças de segurança, parlamentares. O Decreto do Primeiro-Ministro que cria, atribui e organiza este comitê foi assinado em Fevereiro de 2012. Este comitê deve desempenhar um papel importante na coerência/harmonização das iniciativas em matéria de PFNL. De fato, vários projetos/estudos relativos aos PFNL foram realizados (ou estão em andamento) no Gabão, mas há uma lacuna importante em termos de capitalização.

19 Em conclusão, a criação das duas estruturas seguintes permitirá preencher a lacuna relativa ao quadro institucional do setor PFNL com i) A direção de valorização dos Produtos Florestais Diferentes da Madeira no Ministério responsável pelas florestas e ii) o Comitê Consultivo Nacional/PFNL, órgão facilitador da consulta/implicação das outras administrações/atores, o que lhe confere uma dimensão intersetorial. Agora, é questão de fornecer recursos a essas estruturas para garantir seu funcionamento efetivo. 2.1.4. As empresas florestais As concessões florestais ocupam hoje uma parte importante do território gabonês. Elas constituem, portanto, um componente maior na gestão dos recursos naturais em geral, e florestais em particular. Elas atuam no inventário e exploração do recurso, assim como mantêm relações diretas com as populações locais. Na lei 16/01 de 2001, o Gabão estabeleceu o manejo sustentável das concessões florestais. Esta disposição implica uma consideração efetiva, em particular, das populações locais e da biodiversidade dentro e ao redor da concessão manejada. Essa consideração é traduzida na elaboração e implementação desses planos de manejo. Assim, em relação às populações, trata-se, por um lado, do estudo socioeconômico no quadro do qual as atividades e as necessidades das populações são identificadas; por outro lado, da implementação de séries agrícolas na concessão florestal, bem como da implementação das cláusulas contratuais entre a empresa e as populações. Em relação à biodiversidade, vários tipos de inventários são realizados (manejo, multi- recursos, exploração...) e os resultados relacionados permitem, em particular, afetar as diferentes zonas (agrícolas, proteção/ conservação, em particular) na concessão. A gestão dos PFNL não é objeto de normas específicas nas concessões florestais; esses produtos (pelo menos alguns) sendo considerados durante o inventário multi- recursos. Algumas empresas gabonesas se comprometeram voluntariamente com a certificação da gestão sustentável de suas concessões, em particular do sistema FSC, que garante, em particular, uma consideração efetiva das populações e uma gestão sustentável do recurso. 2.2. Análise do quadro institucional Nas seções acima, apresentamos as instituições que estão, ou que deveriam estar, envolvidas na utilização e gestão sustentável dos PFNL. Isso mostra que já existe, no plano institucional, conquistas que podem permitir uma implementação efetiva da estratégia nacional que será elaborada. No entanto, os estudos documentais e participativos revelaram: A criação e a implementação de uma direção para a valorização dos PFABO. Fica portanto a necessidade do funcionamento efetivo dessa direção técnica (designação de pessoas, alocação de um orçamento e de instalações, disponibilização de material e outros). Programas de pesquisa devem ser montados em conjunto com instituições de saúde locais, tais como a Universidade das Ciências da Saúde (USS) e o Centro Internacional de Pesquisas Médicas de Franceville (CIRMF).

20 As atividades realizadas por esses diferentes institutos devem permitir alcançar um melhor conhecimento (qualitativo, quantitativo, nutricional e terapêutico) dos PFNL, bem como a adoção

de boas práticas de exploração desses produtos. Uma "dispersão" dos atores do setor PFNL em diferentes instituições/ organizações: essa questão deve ser resolvida com a implementação efetiva i) da direção técnica responsável pelos PFABO no Ministério das Águas e Florestas e ii) do CCN-PFNL, que reúne os diferentes intervenientes deste setor, que podem assim trocar e harmonizar suas abordagens/intervenções em matéria de PFNL no Gabão. Assim, mesmo que os diferentes atores continuem a intervir cada um em seu nível e de acordo com sua área de competência, seria mais fácil coordenar as ações dentro de uma visão nacional no âmbito do CCN-PFNL e o apoio institucional da direção PFABO. Essa coordenação das ações seria facilitada por i) a validação da estratégia nacional e ii) a implementação de meios que permitam a este comitê funcionar de maneira efetiva.

21 3. Quadro legal e regulamentar que rege os PFNL Nesta seção, apresentamos as diferentes regulamentações que se referem aos PFNL, de maneira direta ou indireta, nos domínios das florestas, parques nacionais e environment. 3.1. Regulamentações 3.1.1. Regulamentação florestal 3.1.1.1. Objetivos de gestão sustentável O setor florestal é regido pela lei 16/01 de 31 de dezembro de 2001 que estabelece o código florestal na República Gabonesa. Ela revogou as disposições da lei 1/82, chamada lei de orientação em matéria de Águas e Florestas na República Gabonesa. A lei 16/01 estabelece as modalidades de gestão sustentável do setor florestal com base (artigo 3): A proteção dos ecossistemas e a conservação da biodiversidade; A valorização dos recursos e dos ecossistemas; A regularidade e a durabilidade da produção; O inventário contínuo dos recursos; O manejo dos recursos naturais; A formação e a pesquisa; A implicação dos nacionais nas atividades do setor de Águas e Florestas; A sensibilização e a educação dos usuários e das populações. Em relação ao setor dos PFNL, ele se insere perfeitamente na maioria das bases da gestão sustentável enumeradas acima. Assim, seu desenvolvimento atenderia perfeitamente aos objetivos de gestão sustentável atribuídos à lei florestal. 3.1.1.2. Eixos principais A regulamentação florestal tem quatro eixos principais: O manejo sustentável dos recursos florestais; A transformação mais avançada da madeira; A implicação dos nacionais na gestão dos recursos florestais; A proteção/conservação da biodiversidade. O setor PFNL se integra perfeitamente nos diferentes eixos apresentados abaixo, o que demostra a justeza de sua consideração na implementação do quadro regulamentar florestal no Gabão. 3.1.1.3. Lei florestal e ordens Lei florestal A lei n°16/01 de 31 de dezembro de 2001 que estabelece o Código Florestal na República Gabonesa, em seu artigo 4, define "os produtos florestais como o conjunto dos produtos vegetais lenhosos e não lenhosos".

22 O artigo 5 estabelece a divisão do domínio florestal em dois: o domínio florestal permanente do Estado e o domínio florestal rural. Assim, "as florestas do Domínio Florestal Permanente do Estado (DFPE) são destinadas à produção, à proteção e constituem o habitat da fauna selvagem" (artigo 6, parágrafo 2). O DFPE é, portanto, constituído por florestas produtivas registradas e áreas protegidas. Ainda em relação às florestas deste domínio, o artigo 9, parágrafo 2, especifica que "o texto de classificação ou desclassificação de uma floresta... deve especificar... o modo de gestão de seus recursos e as restrições aplicáveis dentro dessa floresta". O artigo 12 estipula: "o domínio florestal rural é constituído de terras e florestas cuja fruição é reservada às comunidades rurais, segundo as modalidades determinadas por via regulamentar". É neste domínio que são estabelecidas as florestas comunitárias, dentro das quais diferentes atividades podem ser realizadas pelas populações locais, incluindo a exploração dos PFNL, com base em um plano simples de gestão (artigo 156). O artigo 13 especifica que "toda floresta pertence ao domínio florestal nacional e constitui propriedade exclusiva do Estado". Em relação às questões de acesso ao recurso, a lei florestal estipula (artigo 14,

parágrafo 1) que "ninguém pode, nos domínios das Águas e Florestas, realizar, a título gratuito ou comercial, a exploração, a colheita ou a transformação de qualquer produto natural, sem autorização prévia da administração das Águas e Florestas". O mesmo artigo 14, parágrafo 2, especificava que "entretanto, a fim de garantir sua subsistência, as comunidades rurais gozam de seus direitos de uso consuetudinário, segundo as modalidades fixadas por via regulamentar". A ordem n° 011/PR/2008 de 25 de julho de 2008 também modificou este artigo, que agora é lido da seguinte forma (parágrafo 2): "Entretanto, a fim de garantir sua subsistência e combater a pobreza em áreas rurais, as comunidades locais gozam de seus direitos de uso consuetudinário, segundo as modalidades determinadas por via regulamentar". Assim, todos os artigos da lei 16/01 que estabelece o código florestal na República Gabonesa introduzem as noções essenciais no desenvolvimento dos PFNL: A fixação por via regulamentar das atividades a serem realizadas no domínio florestal; A propriedade exclusiva do domínio florestal nacional pelo Estado; A necessidade de ter uma autorização para a exploração, a colheita ou a transformação de produtos naturais no domínio florestal; Os direitos de uso consuetudinário reconhecidos às populações locais para sua subsistência. Lei que cria o Fundo Florestal Nacional A referência aos PFNL também se encontra na lei n° 4/2009 que cria o Fundo Florestal Nacional. Nesta lei, está previsto que "50% das receitas provenientes da comercialização de produtos florestais não madeireiros, incluindo plantas medicinais e/ou comestíveis comercializadas, serão destinadas à constituição deste fundo". O restante das receitas deve ser revertido ao Tesouro público. Ordem A ordem n° 011/PR/2008 de 25 de julho de 2008 trouxe modificações importantes à lei florestal. Assim:

23 O artigo 2 desta ordem modificou o artigo 4 da lei 16/01 que dá definições, nomeadamente sobre: o Os produtos Florestais Não Madeireiros, abreviados como PFNL, são produtos florestais diferentes da madeira; o Os direitos de uso consuetudinário servem para a satisfação das necessidades pessoais ou coletivas das comunidades locais; o Os direitos de uso econômicos são direitos reconhecidos pelo Estado às comunidades locais de comercializar, localmente e sem intermediário, uma parte da coleta dos produtos resultantes de seus direitos de uso consuetudinário. O artigo 4 desta ordem complementou o artigo 14 da lei 16/01, que agora é lido da seguinte forma (trecho): "... Entretanto, a fim de garantir sua subsistência e combater a pobreza em áreas rurais, as comunidades locais gozam de seus direitos de uso consuetudinário...". O artigo 15 desta ordem também apresenta o novo artigo 235 da lei florestal que indica, por um lado, que "a comercialização de produtos florestais é livre em todo o território nacional"; por outro lado, especifica que essa comercialização está sujeita a certas obrigações que serão definidas por via regulamentar. O artigo 16 da ordem apresenta o novo artigo 252 da lei florestal que indica algumas atividades em matéria de direitos de uso consuetudinário. 3.1.1.4. Textos de aplicação da lei florestal Esta seção apresenta os textos que podem contribuir para a implementação da regulamentação em matéria de PFNL. Em aplicação ao artigo 14 da lei 16/01, o "decreto n° 001029/PR/MEFEPEPN regulamentando a exploração, a transformação e a comercialização de produtos florestais diferentes da madeira" foi assinado em 2004. Este decreto apresenta: Uma lista de alguns produtos florestais diferentes da madeira; O procedimento de solicitação de autorização para exploração dos PFNL; As características da autorização de exploração dos PFNL. Este decreto indica que a regulamentação relativa aos PFNL visa: Garantir sua perenidade; Promover a elaboração de estratégias de conservação e gestão, bem como a criação de uma célula especial permitindo um controle prévio e posterior das atividades da referida cadeia; Garantir a aplicação dos acordos internacionais, nomeadamente a convenção sobre a biodiversidade, as descobertas realizadas sobre os PFNL. O "decreto n° 000692/PR/MEFEPEPN fixando as condições de exercício dos direitos de uso consuetudinário em matéria de floresta, fauna de caça e pesca" foi assinado em

24 de agosto de 2004. O artigo 2 deste decreto especifica que "o exercício dos direitos de uso consuetudinário visa a satisfação das necessidades pessoais ou coletivas das comunidades locais por... a colheita de produtos florestais secundários...". Este decreto também estipula que o exercício dos direitos de uso consuetudinário é livre e gratuito em todo o domínio florestal rural. É autorizado pelos planos de manejo nas florestas produtivas e por textos de classificação nas áreas protegidas. O "decreto n° 0137/PR/MEFEPA que estabelece a reserva de certas espécies vegetais de usos múltiplos da floresta gabonesa" foi assinado em 04 de fevereiro de 2009. Foi adotado em aplicação ao artigo 67 da lei florestal, relativo à reserva de qualquer espécie vegetal para o interesse geral. O artigo 2 deste decreto especifica que foi adotado "com o objetivo de continuar a conservação da biodiversidade e prevenir conflitos entre humanos e animais". No entanto, resulta que as cinco espécies visadas são árvores que produzem frutos e sementes utilizados na alimentação. Assim, sua reserva constitui uma garantia para a disponibilidade de PFNL. O "decreto n° 001028/PR/MEFEPEPN fixando as condições de criação das florestas comunitárias" foi adotado em 1º de dezembro de 2004. Como mencionado anteriormente, a floresta comunitária constitui um espaço no qual as populações locais podem "realizar atividades ou empreender processos dinâmicos para uma gestão sustentável dos recursos naturais a partir de um plano simplificado de gestão"9.

As atividades podem envolver a exploração da madeira, a agrofloresta, a exploração dos PFNL... A assinatura deste decreto é um passo a mais na implementação dessas florestas, dentro das quais a exploração dos PFNL pode desempenhar um papel importante. 3.1.2. Regulamentação relativa aos parques nacionais Aqui se trata de retomar as disposições relativas, nomeadamente ao exercício dos direitos de uso consuetudinário. A lei 03/2007 de 27 de agosto de 2007 relativa aos parques nacionais define (artigo 3, parágrafo 13) a zona periférica como sendo "o espaço geográfico que circunda um parque, visando prevenir e limitar os impactos negativos sobre o parque, bem como desenvolver ações ecologicamente adaptadas à conservação da diversidade biológica, sem prejuízo dos direitos de uso consuetudinário". O artigo 16 especifica que "nas zonas periféricas dos parques nacionais, o exercício dos direitos de uso consuetudinário, nomeadamente... as atividades agrícolas e florestais... é livre, desde que respeitadas as disposições em vigor e, se necessário, as estipulações dos contratos de gestão de território ou do plano de gestão". 3.1.3. Lei relativa ao meio ambiente A legislação ambiental é regida pela lei 16/93 de 26 de agosto de 1993 relativa à proteção e melhoria do meio ambiente. Esta lei visa, nomeadamente: A preservação e utilização sustentável dos recursos; A melhoria e proteção do ambiente de vida; A promoção de novos valores e atividades geradoras de renda, ligadas à proteção do meio ambiente; A harmonização do desenvolvimento com a preservação do meio natural. O título 2 da lei 16/93 trata dos recursos naturais, com um capítulo 5 dedicado à fauna e flora. Este capítulo visa, nomeadamente: 9 Trecho do artigo 156 da lei 16/01 de 31 de dezembro de 2001 que estabelece o código florestal.

25 A gestão sustentável e racional da fauna e da flora; A regulação das atividades industriais, urbanas, agrícolas, mineradoras, turísticas ou outras suscetíveis de prejudicar a fauna e a flora; A proteção reforçada das espécies animais e vegetais raras ou ameaçadas de extinção; A regulação da introdução de espécies animais ou vegetais exóticas consideradas susceptíveis de prejudicar as espécies animais ou vegetais locais. 3.2. Análise do quadro legal e regulamentar Observa-se nos diferentes textos legais e regulamentares descritos acima que a consideração das populações na gestão dos recursos florestais é uma preocupação para o governo de Gabão e isso se reflete nas duas últimas leis florestais. Além disso, a antiga lei florestal, a lei 1/82 conhecida como lei de orientação das Águas e Florestas, especialmente em seu artigo 22 previa a criação de uma faixa florestal de 5 km de cada lado das rodovias nacionais, das vias navegáveis

e das ferrovias. Esta "faixa" constituía o espaço de produção acessível às comunidades rurais. Na aplicação, essa disposição concede à população a facilidade de acesso ao recurso. Na regulamentação florestal em vigor, (a lei 16/01 de 31 de dezembro de 2001), "a implicação das populações na gestão dos recursos florestais" constitui um dos eixos estratégicos. A implementação deste eixo se traduziu em: A instituição do domínio florestal rural; A instituição dos Permissões de Gré a Gré e das florestas comunitárias dentro de este domínio; A consideração dos direitos de uso consuetudinários nas concessões florestais e nas áreas protegidas; A instituição dos direitos de uso econômicos no âmbito da ordem emitida em 2008. A regulamentação florestal em vigor, no que diz respeito aos seus eixos estratégicos, constitui um quadro favorável ao desenvolvimento do setor PFNL em Gabão. Seu objetivo é a gestão sustentável e precisa, se necessário, as modalidades de acesso ao domínio florestal nacional para qualquer atividade relacionada à exploração de um produto florestal. Em 2004, um decreto relativo às questões de exploração, transformação e comercialização dos PFABO foi assinado. O interesse deste decreto (além do fato de que ele tem o mérito de existir) é também que ele aborda a questão do valor econômico dos PFNL ao listar alguns PFNL que podem ser objeto de impostos, o que já é um avanço significativo. De fato, os PFABO eram até então abordados no âmbito dos direitos de uso consuetudinários, como meio de subsistência das comunidades. Em 2008, uma ordem modificando e complementando certas disposições da lei 16/01 foi emitida. Esta ordem trouxe inovações importantes com: A definição dos PFNL na lei florestal gabonesa; A integração da noção de "direitos de uso econômicos";

26 O reconhecimento da utilização dos direitos de uso consuetudinários para combater a pobreza no meio rural. Na medida em que Gabão deseja diversificar sua economia nacional e desenvolver sua economia local através, em particular, da valorização de seus recursos naturais, a consideração dos PFNL continua a ser um eixo importante. Isso pode ser feito em dois níveis: Economia nacional: através da tributação dos PFNL; Economia local: através dos direitos de uso econômicos. No entanto, em relação à regulamentação florestal, a consideração dos PFNL ainda está no estágio de "balbucios". É verdade que já houve o decreto de aplicação de 2004 e a ordem de 2008, mas parece que isso não é suficiente para garantir o desenvolvimento deste setor. De fato, um dos aspectos levantados pelos atores, e em relação à insuficiência do quadro regulamentar, permanece o quadro fiscal. Até o momento, os PFNL não estão listados na lei florestal como produtos que podem ser tributados. Para remediar isso, o Ministério das Águas e Florestas submeteu ao Ministério responsável pela Economia "propostas sobre a tributação aplicável aos PFNL cuja comercialização está ganhando espaço no país". Esta iniciativa visa considerar os impostos e taxas relativas aos PFNL na Lei das finanças, mas ainda não foi concluída. Houve também uma iniciativa de tributação dos PFNL que apresenta o tipo de produto, a taxa bem como a base ou a unidade de medida. Esta iniciativa foi submetida pela Direção do Desenvolvimento das Indústrias do Ministério responsável pelas florestas. No entanto, a fixação dessa tributação também dependerá da orientação política dada a este setor: contribuição para a economia nacional e/ou para a economia local. É reconhecido que uma tributação pode ser incentivadora ou restritiva dependendo das taxas, bases e outras fixadas. Portanto, de acordo com as escolhas feitas por Gabão, não se deve frear a contribuição do setor dos PFNL para a economia, nem transformá-lo em "um gargalo" para as populações. Além disso, por uma questão de coerência e harmonização, será necessário, por um lado, prever esses impostos e taxas na lei florestal no âmbito de uma revisão dessa lei e, por outro lado, alinhá-los na lei das finanças. Na lei relativa aos parques nacionais, também se nota a consideração dos direitos de uso consuetudinários, mas também o aspecto de "respeito pelos textos em vigor". Além disso, atividades de exploração dos PFNL poderiam ser realizadas nas zonas periféricas dos parques nacionais desde que se referissem aos direitos de uso consuetudinários. No entanto,

quando se trata de ações de comercialização (portanto de grande escala), as disposições regulamentares visam, em particular, limitar os impactos negativos sobre o parque nacional em questão. A título de exemplo e em relação à exploração da madeira de obra, é exigida a realização de uma estudo de impacto ambiental. Isso implica, portanto, a elaboração de normas técnicas de intervenção para a exploração dos PFNL. A lei ambiental concede um interesse particular à preservação dos recursos ao reconhecer a necessidade de desenvolver atividades geradoras de renda. Essas disposições também são importantes no âmbito do desenvolvimento do setor PFNL e deverão, portanto, ser consideradas. A recente criação da Direção Geral responsável pelos produtos florestais dentro da administração florestal e a implementação do Comitê Consultivo Nacional sobre os PFNL deverão permitir finalizar o quadro regulamentar relativo aos produtos florestais não madeireiros em Gabão.

27 4. Quadro de gestão sustentável dos PFNL 4.1. Contexto Em Gabão, os PFNL mais utilizados não estão sujeitos a normas, nem a cotas de exploração no contexto atual, enquanto um certo número desses produtos é explorado em graus diferentes. É, no entanto, normal que cada produto, por mais pouco explorado que seja, faça parte de uma gestão racional para uma exploração sustentável. Desde janeiro de 2010, as espécies que fornecem PFNL alimentares como o Baillonella toxisperma e o Dacryodes buttneri estão proibidas de exploração florestal em todo o território. A gestão e a exploração dos PFNL são impedidas por: A ausência de uma gestão harmonizada dos recursos que fornecem os PFNL; A ausência de normas de coleta e extração dos PFNL; A ausência de cotas de exploração dos PFNL; A ausência de uma lista apresentando PFNL economicamente rentáveis; A ausência de soluções alternativas concretas e realistas para compensar o acesso reduzido das populações ribeirinhas aos PFNL; A insuficiente difusão e integração das técnicas de domesticação nos programas nacionais de combate à pobreza e à proteção do meio ambiente. Os PFNL são recursos esgotáveis e que podem estar ameaçados de extinção (FAO, 2007). Eles são, em sua essência, colhidos em florestas naturais, mas, na falta de dados sobre os inventários e os níveis de extração, não se pode afirmar quanto à eficácia da gestão e da proteção desses recursos. 4.2. Restrições 4.2.1. Restrições relacionadas ao conhecimento do recurso O conhecimento do recurso diz respeito aos aspectos de localização, conhecimento das quantidades disponíveis (em meio natural e nas plantações) e das qualidades desses produtos, do uso e das partes utilizadas. A principal restrição está relacionada ao modo de reprodução do recurso, a fim de garantir sua exploração a mais ou menos longo prazo em seu ecossistema. Trata-se de evitar penalizar as populações quanto a uma eventual raridade do recurso devido a uma exploração não medida. Assim, as restrições relativas a esse conhecimento do recurso são: A insuficiência de inventários florestais sobre os PFNL para:

o Localizar os locais de abundância dos PFNL (para os produtos principais/ maiores/ prioritários);

o Avaliar as quantidades disponíveis. A inexistência de normas de inventários específicas para os PFNL: Em vários casos, são simples observações que são realizadas.

28 A baixa exploração dos dados existentes sobre PFNL: Existem alguns dados provenientes de inventários multi-recursos (no âmbito das concessões florestais), dados de diferentes projetos e estudos. Infelizmente, eles permanecem não acessíveis aos usuários de PFNL e não são capitalizados para enriquecer uma base de dados nacional. A má percepção da importância dos PFNL: esses produtos foram por muito tempo (e ainda são) considerados como "produtos secundários" ou "dons da natureza". Isso não incentivou uma consideração efetiva desses produtos na política florestal nacional. 4.2.2. Restrições relacionadas à gestão do recurso De

acordo com MVOU BIYOGO (2010), as principais restrições que regem as técnicas de gestão sustentável afetam todos os setores no Gabão. As restrições são significativas em relação ao valor socioeconômico dos produtos a considerar. Trata-se de: Da ausência de normas de intervenção no meio florestal, no que diz respeito aos PFNL; Da confusão que existe (ou que pode existir) entre PFNL e alguns produtos agrícolas: para certos produtos, a distinção é bastante fraca e torna-se difícil saber qual setor (floresta ou agricultura) está envolvido; Da falta de domínio das técnicas de domesticação: Isso aumenta a pressão sobre o recurso e aumenta a indisponibilidade dos produtos. Este é o caso das folhas de marantáceas na Estuário do Gabão (MADAMBA, 2009); Da inadequação dos métodos de coleta, colheita, secagem, embalagem e armazenamento; Do baixo domínio dos ciclos de produção; Da pobreza das populações ribeirinhas que aumenta a pressão sobre a exploração dos PFNL, especialmente sobre as folhas de marantáceas (YOGA, 2009); Da falta de conhecimento das técnicas de produção, controle e coleta do recurso. 4.3. Pontos fortes 4.3.1. Pontos fortes relacionados ao conhecimento do recurso Diferentes projetos/estudos/pesquisas já realizados permitiram coletar dados sobre os aspectos quantitativos e qualitativos dos PFNL. Esses dados, se valorizados, permitiriam fazer um diagnóstico dos PFNL no Gabão. A implementação de concessões florestais e parques nacionais envolve operações de planejamento visando, respectivamente, a elaboração de planos de manejo e planos de gestão. Essas operações devem permitir a coleta de dados importantes sobre os PFNL, especialmente durante a realização dos inventários multi-recursos. O interesse crescente pelos PFNL, por parte das autoridades públicas e parceiros de desenvolvimento.

29 4.3.2. Pontos fortes relacionados à gestão sustentável dos PFNL A política de gestão sustentável dos recursos naturais na qual o Gabão se comprometeu constitui um quadro favorável ao desenvolvimento de ações em favor dos PFNL. Os produtos alimentares derivados dos produtos de uso múltiplo da floresta são utilizados pelas comunidades locais e constituem recursos valiosos para a economia nacional. 4.3.3. Pontos fortes relacionados à transformação dos PFNL Alguns pontos fortes relacionados à transformação dos PFNL devem ser destacados, nomeadamente: A disponibilidade da matéria-prima; A existência de mercados nacionais, regionais e internacionais; A existência de consumidores nos níveis local, nacional, regional e internacional. 4.4. Diretrizes para a elaboração da estratégia nacional À luz dessas constatações, a resolução dos problemas enfrentados na gestão dos recursos naturais que fornecem os PFNL alimentares deve integrar as abordagens seguintes: Garantir a exploração sustentável desses recursos em seu meio natural (in-situ); Incentivar a domesticação e o cultivo dos recursos que fornecem os PFNL; Promover técnicas de gestão sustentável dos PFNL; Desenvolver viveiros de árvores alimentares. 4.4.1. Regulação do acesso ao recurso O acesso aos recursos naturais, e especialmente florestais, deve estar em conformidade com as disposições em vigor; isso é válido tanto para as populações ribeirinhas quanto para aquelas que vêm de fora da zona de coleta. Para as populações ribeirinhas, os direitos de uso consuetudinário devem ser respeitados. O acesso ao recurso deve respeitar: As exigências regulamentares a esse respeito: autorização da administração e/ou direitos de uso consuetudinário; Os períodos de coleta de determinada espécie em função da frutificação, das regenerações, do potencial do recurso e do local de coleta. Isso implica ações de divulgação e sensibilização junto às populações. 4.4.2. Regulação / divulgação das técnicas de coleta e de coleta Para evitar a extinção das espécies, é necessário promover técnicas de coleta ecológica, economicamente viáveis e socialmente apropriadas. Essas técnicas dizem respeito à coleta das partes gerativas, à criação de viveiros para enriquecer as áreas desmatadas ou exploradas, à substituição de espécies muito velhas não produtivas por plantações de árvores selecionadas e melhoradas. Estudos aprofundados das espécies devem resultar em recomendações específicas sobre esses diferentes pontos.

30 Algumas propostas em matéria de coleta: Para as espécies cucas cascas são coletadas, seria necessário proibir a princípio o corte sistemático como é feito por alguns camponeses e mostrar a eles as técnicas de descascamento que mantêm a árvore viva. Além disso, seria melhor propor a frequência de coleta, a quantidade de produtos coletados na árvore e em que nível, especialmente proibir a coleta das cascas da parte radicular. Para as espécies cujas folhas são coletadas em grande quantidade, é melhor prevenir sobre uma possível escassez de produtos muito apreciados e que garantem lucro facilmente. É necessário determinar e monitorar as taxas de coleta de modo a preservar o recurso a longo prazo e garantir sua produtividade. Uma frequência de coleta deve ser definida por zona e por produto. As folhas de Gnetum africanum e de folhas de marantáceas, bem como as lianas entram nesta categoria. As técnicas de coleta devem ser propostas pelos cientistas (com base nos conhecimentos locais, em particular), adotadas pelo país, divulgadas e popularizadas entre todos os atores envolvidos na exploração dos recursos PFNL. 4.4.3. A consideração da domesticação dos PFNL Na abordagem da domesticação dos PFNL de origem alimentar, é útil classificar os produtos segundo certos critérios: botânicos, tamanho, localização, demanda e tipo de uso. De acordo com cada critério considerado individualmente, é importante chegar à decisão de domesticar ou não; os casos de Irvingia gabonensis e Dacryodes edulis no Gabão são exemplares a esse respeito. Esses produtos são destinados tanto à alimentação das famílias quanto à restauração; são abundantes território, muito demandados no mercado nacional e poderiam ser objeto de comércio com os países vizinhos (e até mesmo internacionalmente). A domesticação do Irvingia gabonensis apresentou resultados promissores em estação no que diz respeito às técnicas de estaquia. Um pomar de Irvingia gabonensis proveniente de estacas existe em Ndouaniang (80 km de Libreville no local experimental do IRAF), mas não é mantido. As técnicas de alporquia e de enxertia também não foram testadas para multiplicação. Testes de domesticação começaram no norte do Gabão. A domesticação de Gnetum spp. começou na província do Estuário. Hoje, é reconhecido que a domesticação desempenha um papel cada vez mais importante na melhoria, gestão e valorização dos recursos naturais, bem como na aumento da renda das populações rurais. Ao garantir uma produção sustentada e cientificamente regulamentada, a domesticação pode reduzir a pressão sobre a exploração dos recursos em florestas naturais. Ela permite uma melhoria do crescimento e da qualidade das espécies e facilita a colheita. Nesse sentido, o desenvolvimento de viveiros constitui uma etapa importante utilizando os resultados da pesquisa. As pequenas empresas rurais poderão então desenvolver os mercados de mudas. O desenvolvimento dos viveiros de mudas passa por: A identificação de viveiristas operacionais; O fortalecimento das capacidades dos viveiristas; A criação de uma rede de profissionais;

31 A implementação de um programa nacional de desenvolvimento de viveiros e dos mercados de mudas. Trata-se de fortalecer primeiro as capacidades de um sistema de produção e distribuição de mudas melhoradas. Durante nossas investigações, a demanda de mudas foi formulada por pessoas aposentadas que representam um novo tipo de usuários de produtos agrícolas. O cultivo de cacau no norte do Gabão e de frutíferas exóticas na província do Estuário desempenhou um papel importante na domesticação das árvores frutíferas locais. 4.4.4. Medidas a serem tomadas para uma gestão sustentável do recurso PFNL A gestão sustentável do recurso PFNL hoje está orientada para três eixos: Identificar e divulgar as técnicas camponesas de gestão sustentável; Desenvolver técnicas compatíveis com a preservação da biodiversidade; Aplicar a regulamentação relativa à gestão sustentável do recurso. No que diz respeito à identificação e divulgação das técnicas camponesas de gestão sustentável, dois pontos chamaram nossa atenção: A preservação das árvores úteis, como as espécies frutíferas

(ex: Irvingia gabonensis); A integração das árvores nos espaços agrícolas. No que diz respeito ao desenvolvimento de técnicas compatíveis com a preservação da biodiversidade, os seguintes pontos foram considerados: As técnicas de multiplicação vegetativa; A domesticação dos PFNL que fornecem produtos alimentares. No que diz respeito à aplicação da regulamentação relativa à gestão sustentável do recurso, os seguintes pontos foram considerados: Um conjunto de disposições legais regulamentando o acesso aos recursos naturais que fornecem os PFNL. Técnicas de gestão sustentável devem se conformar aos critérios de vulnerabilidade das espécies e seu potencial para uso sustentável. Os critérios a serem considerados são a ecologia, a forma de vida, as partes utilizadas e o método de coleta.

o Os critérios para uma gestão sustentável são definidos de acordo com as normas ecologicas, as formas de vida, as partes utilizadas para exploração e os métodos de coleta.

o O potencial determina as frequências e os modos de abastecimento do recurso.

o A consideração de cotas e taxas de coleta são determinadas com base nos inventários.

32 4.4.5. Medidas a serem tomadas para alcançar uma exploração sustentável dos PFNL A estratégia de gestão sustentável parte da identificação e seleção dos PFNL emblemáticos, assim como do acompanhamento do inventário florestal para determinar o potencial existente. Trata-se de determinar uma biodiversidade economicamente rentável para toda a recurso PFNL. O Gabão deve dispor de dados estatísticos sobre os PFNL em todo o território. Isso deve levar as administrações competentes e as instituições de pesquisa a elaborarem programas e financiarem os estudos básicos relativos aos inventários dos PFABO. O ajuste das colheitas é o objetivo final que envolve todos os atores e visa a manter a recurso sempre reprodutível. É evidente que os estudos de regeneração e as evaliações preliminares devem determinar as possibilidades de uma regeneração adequada para uma produtividade adequada. 4.4.6. PFNL na gestão sustentável das florestas As ameaças aos PFNL são causadas pela sua sobre-exploração visando seu uso para fins comerciais. O problema reside no fato de que os PFNL contribuem para os rendimentos das famílias (o exemplo de Gnetum africanum é elucidativo). Libreville e seus arredores apresentam um número variado e diversificado de coletores. A urgência do ganho através de Gnetum spp, por exemplo, é uma motivação suficiente para uma sobre-exploração do produto. A exploração florestal tem repercussões no ecossistema através da abertura de estradas, implantação de canteiros, derrubada de árvores, etc., atividades que induzem a perdas significativas no nível da recurso PFNL. Segundo um artigo da série FORAFRI (Tchatat et al 1999), uma gestão sustentável deve levar em conta os PFABO. Trata-se aqui de preservar os PFNL de importância socioeconômica notável (Irvingia gabonensis, Gnetum africanum, Dacryodes edulis). A gestão e a produção destes últimos dependeriam dos objetivos atribuídos à gestão. As ações sobre os PFNL podem ser realizadas em dois níveis : Sua consideração nas operações de inventário florestal: isso permite avaliá-los e localizá-los, portanto, ter um bom conhecimento desses produtos em uma área específica. A minimização dos impactos das atividades florestais: isso é possível com base nos dados coletados durante os inventários, pois sua localização permite planejar operações que os considerem. Isso também é possível através desenvolvimento de normas de intervenção para tais produtos. 4.4.7. Estratégias de gestão sustentável dos PFNL e sua integração nos esquemas gerais de gestão florestal As comunidades locais estão cientes de que os recursos naturais, e em particular a recurso PFNL, têm uma importância socioeconômica capital. Os usos diários demonstram isso, assim como as iniciativas de domesticação das árvores florestais. Para melhorar a gestão sustentável dos PFNL, as seguintes medidas são viáveis: A promoção dos PFNL com alto potencial econômico e alimentar; A implicação das populações em todos os níveis da elaboração dos planos de gestão; A implicação das populações na implementação de projetos

de pesquisa e desenvolvimento relacionados à gestão sustentável da recurso;

-- 36 de 68 --

33 A domesticação das espécies florestais e sua integração nos espaços agrícolas; A regularização do acesso aos PFNL em meio natural; O desenvolvimento de programas de seleção, melhoria e multiplicação das espécies florestais prioritárias para as populações.

-- 37 de 68 --

34 5. Quadro socioeconômico 5.1. Contexto As populações rurais do Gabão em particular, e as da África Central em geral, dependem fortemente da agricultura, da caça e da coleta. De maneira tradicional, elas colhem os PFNL para diversos usos, principalmente para alimentação, vestuário, construção, artesanato e cuidados de saúde. Elas também utilizam regras e modos de gestão da recurso que respondem a exigências precisas. Trata-se: Da noção de "essencial": essas sociedades sempre se limitaram ao essencial. Assim, a noção de excesso ou supérfluo era ignorada por elas. Da noção de preservação: as sociedades tradicionais geriam os recursos naturais de maneira sustentável. A colheita era feita de maneira seletiva com meios rudimentares, não destrutivos. Da falta de conhecimento dos meios de conservação dos PFNL facilmente perecíveis: ao risco de ver seus produtos perecerem, as populações só colhiam o que precisavam porque não dominavam sempre os métodos de conservação de certos PFNL. A grande diferença entre o modo tradicional e o modo "moderno" de gestão dos PFNL reside na concepção que as populações têm da recurso. Antigamente, os recursos naturais eram considerados um bem precioso, um "dádiva do céu" que deveria ser preservada. Havia então uma forma de respeito por esses produtos, de modo que a colheita de certos PFNL estava subordinada a rituais. A noção de "gestão sustentável" estava fortemente enraizada nos hábitos das populações. Atualmente, e em vista do forte êxodo rural, as populações se deslocam para os centros urbanos e com elas seus hábitos alimentares. Além disso, as populações estrangeiras, especialmente africanas, também contribuíram para aumentar o número de pessoas vivendo em áreas urbanas, especialmente nas capitais provinciais. Essa situação justifica o aumento da demanda por produtos de todos tipos, como os PFNL, para satisfazer as múltiplas necessidades dessas populações. Isso teve como consequência uma exploração cada vez mais intensa dos produtos provenientes da floresta, para usos diversos, mas principalmente para se tornarem fontes de renda. A comercialização dos PFNL passou assim do "estágio de vila" (onde apenas o excesso da colheita era vendido) para o estágio de verdadeira atividade econômica. As trocas com as populações revelaram que essa pressão sobre a recurso prejudica as populações locais que se veem "enganadas" por pessoas vindas dos grandes centros urbanos e que geralmente têm meios financeiros mais significativos. Essa situação é muito frustrante para essas populações e especialmente para seus representantes locais que não têm ferramentas jurídicas que lhes permitam regular/controlar o acesso à recurso. Atualmente, a comercialização dos PFNL envolve homens, mulheres e crianças; o nível de envolvimento de uns e outros geralmente depende do produto e do nível de intervenção na cadeia de comercialização (colheita, venda, etc.). Um estudo realizado sobre a colheita e a comercialização da resina de Okoumé mostrou que entre os coletores, 39% eram homens e 69% eram mulheres (MVOU BIYOGO, 2010). A comercialização dos PFNL também envolve pessoas de diferentes nacionalidades que

-- 38 de 68 --

35 se especializam mais ou menos em certas cadeias. É o caso dos camaroneses, senegaleses, equato-guineenses, congoleses, malianos, para citar apenas alguns. Os estudos mostraram que muitas famílias gabonesas vivem da venda desses produtos, seja como atividade principal, seja como complemento de outras atividades. Torna-se portanto inegável que a comercialização dos PFNL contribui de maneira efetiva para a economia local (MADAMBA, 2009; MVOU BIYOGO,

2010). O desenvolvimento comercial dos PFNL apresenta dois aspectos: O potencial para a criação de empresas locais e novas fontes de emprego; O perigo para alguns desses produtos de que sua exploração seja não sustentável. A avaliação dos benefícios econômicos relacionados aos PFNL é difícil de realizar. A situação dos PFNL no Gabão apresenta as características seguintes: A exploração dos PFNL não é uma atividade organizada: ela pertence à economia da coleta e escapa a qualquer regulamentação. A exploração dos PFNL gera custos difíceis de medir, ainda mais porque a atividade de coleta se integra particularmente nas atividades relacionadas à subsistência, cujo objetivo principal é a satisfação das necessidades familiares. É portanto importante realizar estudos socioeconômicos sobre os PFNL mais comercializados nos mercados urbanos, semi-urbanos e rurais do Gabão. O Gabão não dispõe de estruturas que permitam obter dados quantitativos sobre as receitas reais provenientes da exploração desses produtos. A análise econômica do PSFE afirmou: "Um setor desconhecido. É difícil quantificar a atividade econômica induzida pela colheita dos PFNL para usos alimentares e farmacêuticos tradicionais. De fato, esses produtos são geralmente auto- consumidos e não fazem, com raras exceções, objeto de comércio. Além disso, não existe nenhum sistema estatístico que registre a coleta dos PFNL de origem vegetal"10. Apesar dessa dificuldade de qualificar e quantificar o comércio dos PFNL, alguns estudos forneceram dados sobre os atores envolvidos, os produtos emblemáticos (como Irvingia gabonensis, Gnetum spp e Megaphrynium macrostachyum (Marantacée)) assim como certas cadeias (TABUNA, 1999; WALTER et al., 2008; EYI NDONG, 2009, MVOU BIYOGO, 2010). Esses estudos também permitiram definir três tipos de mercados potenciais para os PFNL: O mercado internacional: Permite a entrada de divisas estrangeiras e a implicação de um grande número de nacionais no âmbito da coleta, transformação, comercialização e exportação. O mercado regional: Existe um real potencial de trocas entre a África Ocidental e Central, especialmente, em relação a Gnetum spp e a resina de okoumé. O mercado local: É um mercado instável, mas que oferece certas vantagens: o Satisfação das necessidades essenciais de algumas famílias; 10 Documento de trabalho PSFE: Valorização dos produtos florestais não lenhosos de origem vegetal. Citado na "Estudo de viabilidade sobre os Produtos Florestais Não Lenhosos de origem vegetal no Gabão. 2002."

o Segurança alimentar das populações rurais ; o Aumento substancial da renda das populações rurais. Um mercado nacional também é viável para um certo número de produtos. As cadeias do primeiro mercado são mais ou menos conhecidas, assim como seu funcionamento através dos diferentes atores que nele intervêm: os produtores africanos e os compradores europeus, notadamente os franceses e os belgas. Os circuitos e as espécies trocadas são bastante conhecidos. A presença do Gabão neste mercado internacional ainda é insignificante, embora possua PFNL que poderiam interessar os demandantes europeus, pelo menos do ponto de vista biológico (TABUNA, 1999). No que diz respeito ao mercado regional, observam-se, por exemplo, trocas importantes entre Camarões e Nigéria para Gnetum spp e entre Camarões e Gabão para a manga selvagem (Irvingia gabonensis). Nos últimos anos, têm ocorrido trocas entre Gabão e Senegal, relacionadas à resina de okoumé, mas também entre Gabão e alguns países da Europa, como a França. No entanto, esse mercado está longe de ser formal ou legal, pois não é regido por nenhum texto regulatório (MVOU BIYOGO, 2010). O mercado local, por sua vez, embora a venda de subsistência seja aceita pela regulamentação em vigor, o circuito comercial permanece informal, pois não é autorizado ou reconhecido pela lei. O mercado nacional, devido à má conexão entre as províncias, causada pelo mau estado das estradas, tem dificuldade em se desenvolver. No entanto, observa-se entretanto trocas que ocorrem entre algumas províncias, como é o caso do Alto-Ogooué e do Ogooué-Lolo no que diz respeito às folhas de Marantacée (BOUANGA, 2006). 5.2. Restrições e oportunidades As seções que se seguem apresentam : As restrições relacionadas à comercialização ; As restrições relacionadas à gestão do recurso ;

As restrições e oportunidades em função de cada uma das cadeias apresentadas na estudo participativo. 5.2.1. Restrições relacionadas à comercialização dos PFNL alimentares O afastamento das zonas de produção dos centros urbanos, o que tem um impacto real sobre o preço de venda desses produtos ; O mau estado da rede rodoviária que não incentiva o comércio ; A ausência dos PFNL no painel da economia gabonesa ; A falta de informação sobre as quantidades disponíveis que impede uma atividade comercial confiável. 5.2.2. Restrições relacionadas à transformação11 A ausência de tecnologias apropriadas de armazenamento, conservação, acondicionamento e transformação que geralmente resulta na perda de quantidades significativas de PFNL; 11 BOUANGA IMENGUET E, relatório de estudos participativos, 2011

37 A penosidade do trabalho de transformação de alguns PFNL ; A fraqueza do rendimento material devido à baixa performance das máquinas atualmente utilizadas na transformação dos PFNL; As dificuldades relativas à coleta dos PFNL; A não disponibilidade de energia elétrica em muitas regiões do Gabão. Nesta estratégia, identificamos cinco PFNL cujo escolha se justifica por : Sua presença em todo o território (Irvingia gabonensis, Megaphrynium macrostachyum (Marantacée), raphia (Raphia spp), rotim (Calamus rotang) ; Sua disponibilidade ao longo de todo o ano (Marantacée, raphia, rotim, Gnetum spp, resina, etc.) ; As baixas restrições relacionadas à sua exploração (mel, cogumelos, etc.) ; A possibilidade de fornecer rendimentos significativos (mel, cogumelos, resina de okoumé, etc.) ; O interesse do ponto de vista alimentar (Irvingia gabonensis, Gnetum spp.) ; O interesse do ponto de vista econômico para os lares (Irvingia gabonensis, Gnetum spp., Megaphrynium macrostachyum, Raphia); O valor econômico nos níveis regional e internacional (Gnetum spp, resina de Okoumé). 5.2.3. Nkumu (Gnetum spp) 5.2.3.1. Restrições As entrevistas e as observações diretas em campo nos permitiram identificar as restrições seguintes A falta de organização da cadeia ; O afastamento das zonas de colheita que, devido aos custos de transporte, faz aumentar o preço do produto nos mercados de Libreville ; O número excessivo de pessoas envolvidas na cadeia, notadamente na província do Estuário ; O desconhecimento deste produto em algumas aldeias da província do Woleu- Ntem 5.2.3.2. Oportunidades Apesar das restrições identificadas acima, as oportunidades não faltam para a cadeia do Gnetum spp. A disponibilidade do recurso durante todo o ano ; A possibilidade de desenvolver trocas entre as províncias: o nkumu está presente em todo o território nacional, mas é consumido principalmente apenas pelos originários das províncias do Alto-Ogooué e do Ogooué-Lolo ; A possibilidade de desenvolver trocas com os países vizinhos (Camarões, por exemplo) ;

38 A forte demanda do produto em Libreville, que se materializa, por um lado, por sua presença em todos os mercados desta cidade e, por outro lado, pelo desenvolvimento de pequenos espaços especializados na venda deste produto. 5.2.4. Odika (Irvingia gabonensis) 5.2.4.1. Restrições De maneira geral, a cadeia do odika enfrenta algumas restrições relacionadas à sua organização, seu desenvolvimento, o abastecimento dos comerciantes e a disponibilidade do recurso. Mais especificamente, notamos : O caráter sazonal do produto ; O afastamento das zonas de colheita com impactos : o O custo do produto ; o A baixa quantidade de produtos disponíveis (MANIRAKIZA, 2007) A penosidade do trabalho de extração das amêndoas ; A “concorrência” com os animais que também consomem os frutos deste produto (elefantes, por exemplo); A falta de organização da cadeia; O caráter ainda rudimentar das técnicas de transformação; O baixo abastecimento dos mercados na estação seca; A dificuldade de conservação do produto; O baixo nível de promoção do produto. 5.2.4.2. Oportunidades As restrições mencionadas acima não obscurecem as oportunidades que a cadeia odika apresenta

no Gabão. Entre elas, podemos citar : A forte demanda do produto pelos consumidores urbanos (Cf. MANIRAKIZA, 2007); A possibilidade de domesticação (NGOYE e EYONG-YONG, 1996 ; NGOYE et al. 2003) ; A forte demanda em nível nacional, notadamente pelo fato de que o produto é consumido por todas as etnias gabonesas ; A possibilidade de saídas nos mercados regionais e internacionais. 5.2.5. Mégaphrynium macrostachyum (Marantaceae) 5.2.5.1. Restrições A principal restrição que enfrentam tanto os colhedores quanto os revendedores é a ausência de um quadro jurídico e regulatório que poderia enquadrar a cadeia. Devido a essa falta, os revendedores enfrentam muitas dificuldades durante o transporte do produto ; isso, notadamente, por parte dos agentes da administração florestal que

-- 42 de 68 --

39 frequentemente lhes pedem para apresentar autorizações de venda e pagar impostos relacionados à comercialização deste produto. As outras restrições são : A confiscação da floresta por alguns revendedores junto aos camponeses (BOUANGA ,2011) ; Os altos custos de transporte, especialmente para grandes quantidades de produto a ser evacuado ; O afastamento dos locais de colheita (e de compra), o que contribui para o aumento dos custos de transporte e, consequentemente, do preço de venda do produto nos mercados ; O número cada vez maior de comerciantes envolvidos na venda das folhas de Marantacée; A pressão sobre o recurso devido à necessidade de colher quantidades significativas para realizar margens de lucro consistentes. 5.2.5.2. Oportunidades Com base nas entrevistas que tivemos com alguns revendedores, parece que a cadeia Marantacée apresenta três principais oportunidades : A facilidade de regeneração do produto ; A abundância do recurso ; A demanda sempre crescente do produto. 5.2.6. Raphia (Raphia spp) 5.2.6.1. Restrições À luz da situação apresentada pelos atores que encontramos, as restrições seguintes podem ser destacadas : A destruição de zonas abundantes em raphia para obras de construção ; A ausência de uma associação dos exploradores de raphia (iniciativas nesse sentido estariam em andamento na aldeia Okolassi, na província do Estuário); A ausência de uma verdadeira promoção dos produtos fabricados com raphia. 5.2.6.2. Oportunidades As trocas com os atores da cadeia destacam o seguinte : A abundância do recurso ; A facilidade de regeneração do recurso ; A proximidade do recurso ; A diversidade dos clientes ; As possibilidades de acesso ao mercado internacional (notadamente na moda) ; A proximidade de algumas zonas de colheita com Libreville.

-- 43 de 68 --

40 5.2.7. Resina de okoumé (Aucoumea klaineana) 5.2.7.1. Restrições Assim como para os outros PFNL, os atores da cadeia de resina de Okoumé enfrentam também várias dificuldades que os limitam em sua atividade. Trata-se, notadamente, de : A inexistência de uma autorização para explorar a resina de okoumé, A inexistência de uma autorização para transportar a resina de okoumé ; O caráter regulatório relativamente “vago” da exploração da resina de okoumé, o que deixa uma abertura para o “extorsão” que sofrem os “exploradores” deste recurso ; A estreiteza do mercado interno gabonês, devido ao fato de que este produto é mais utilizado para ritos tradicionais em ocasiões de cerimônias iniciáticas ou outras ; A ausência de uma organização dos atores da cadeia ; A fraqueza da promoção nos mercados regionais e internacionais. 5.2.7.2. Oportunidades A cadeia da resina de Okoumé apresenta as seguintes oportunidades : A disponibilidade do recurso ao longo de todo o ano ; O crescente interesse econômico no plano internacional devido às qualidades cosméticas e terapêuticas deste produto (MVOU BIYOGO, 2010).

-- 44 de 68 --

41 6. Estratégia nacional de desenvolvimento dos PFNL No âmbito da implementação de uma

estratégia nacional de desenvolvimento dos PFNL em Gabon, parecia oportuno fazer previamente um levantamento sobre os avanços e as restrições institucionais e socioeconômicas relacionadas ao conhecimento e à supervisão das atividades ligadas a este setor econômico. Portanto, devemos considerar que: A existência de quadros institucionais, legais e regulamentares dispostos a administrar e regir de maneira específica as atividades relacionadas à exploração florestal em Gabon, ressalta uma vontade política expressa em matéria de desenvolvimento do setor Floresta, mesmo que os quadros legais específicos em matéria de exploração e comercialização dos PFNL ainda precisem ser elaborados e estruturados. A materialização dos quadros institucionais, legais e regulamentares específicos em matéria dos PFNL permitiria regular e reger o acesso, a utilização e a comercialização da recurso. Este quadro jurídico deve se materializar pela finalização da redação do quadro regulamentar específico aos PFNL que deverá ser proposto na revisão da lei florestal. Essas novas disposições da lei florestal, uma vez adotadas, permitiriam que as direções técnicas responsáveis pelos PFNL pudessem alcançar seus objetivos através de um painel de controle regido por textos jurídicos. O acesso à recurso para sua comercialização implicará riscos de redução de estoques, perda de diversidade e até mesmo a extinção de alguns PFNL se o princípio da precaução não for aplicado à utilização dos PFNL. As pesquisas socioeconômicas mostram, ainda, que, devido ao aumento da renda relacionada à comercialização dos PFNL, esta atividade que outrora estava confinada à economia familiar, hoje ultrapassa os limites das utilizações do direito consuetudinário, para alcançar o da economia de renda em larga escala. De fato, uma pressão crescente sobre a recurso é observada. É nesse sentido que a questão da sustentabilidade da recurso ganha todo seu sentido através do conceito de Gestão Sustentável. No total, este levantamento mostra que os PFNL são consumidos diariamente em Gabon e que apresentam potenciais em matéria de alimentação, saúde e cultura. A comercialização dos PFNL e de seus produtos derivados ainda é informal, mas a demanda crescente sobre alguns PFNL emblemáticos, assegura que o desenvolvimento das atividades relacionadas à utilização dos PFNL em Gabon apresentaria desafios econômicos significativos nas escalas nacional, regional e internacional. A ausência de um quadro regulamentar e legal específico aos PFNL e de um domínio das atividades e das cadeias relacionadas às suas utilizações limita a ação das estruturas técnicas responsáveis pela sua valorização e gestão. Faltas em matéria de conhecimentos próprios à recurso e à sua utilização, poderiam obstruir a elaboração de métodos de conservação e preservação sustentáveis, adaptados e eficazes. De fato, a opacidade atual dos benefícios reais que decorrem da economia dos PFNL é em parte justificada pela ausência de dados quantitativos palpáveis e objetivos. É importante ressaltar que este setor de atividade, não menos rentável que os outros, é dominado pelo mercado informal. A venda de produtos extraídos ou elaborados à base dos PFNL através de saberes tradicionais ou tecnologias modernas, implica a criação de valor agregado à recurso bruta. Assim, a valorização do setor PFNL através de sua organização legal, institucional e do domínio de suas cadeias permitirá que este setor responda de maneira efetiva às disposições (i) de diversificação da economia verde e (ii) de aumento da valor agregado no tratamento das matérias-primas, inscritas no Plano Estratégico do Gabon Emergente (PSGE, 2011).

42 As diferentes forças e fraquezas enumeradas acima devem ser levadas em conta para justificar o desenvolvimento deste setor promissor e para propor eixos estratégicos que se alinhem com as exigências de sua implementação. 6.1. Visão Até 2025, Gabon pretende reforçar e capitalizar a valorização de seus Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNL) enquanto assegura sua gestão sustentável, através de um quadro legal adequado e de medidas incentivadoras específicas ao desenvolvimento do setor, que devem levar, por um lado, à contribuição significativa desses produtos à economia nacional, e por outro, à partilha justa e

equitativa dos benefícios decorrentes de suas utilizações entre todos os atores das cadeias inerentes ao referido setor. 6.2. Princípios básicos Os PFNL são um componente maior dos recursos genéticos florestais, em particular, e da diversidade biológica gabonesa, em geral. Eles devem ser inventariados, dominados e valorizados. Os PFNL contribuem para a economia local, para a segurança alimentar e sanitária, mas também para a prática da cultura pelas populações locais. Eles apresentam desafios socioeconômicos significativos que merecem ser valorizados e regulamentados. De fato, o acesso aos PFNL deve beneficiar de uma regulamentação legal e de uma política de gestão sustentável participativa; Os PFNL podem contribuir significativamente para a economia nacional (PIB) produzindo riquezas e empregos. O estado deve integrar uma estratégia de desenvolvimento dos PFNL na planejamento nacional como prioridade política, para que o setor florestal possa contribuir para a diversificação da economia nacional; O Estado deve garantir a partilha justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos PFNL entre os atores envolvidos na gestão e valorização dos PFNL; O fortalecimento das capacidades dos atores envolvidos na gestão e valorização dos PFNL é necessário para organizar e capitalizar as potencialidades do setor; A implementação de quadros institucionais e regulamentares incentivadores, fáceis e estruturados deve favorecer a formalização do setor e encorajar os investimentos nas cadeias de valorização dos PFNL. 6.3. Objetivo estratégico O objetivo estratégico é propor diretrizes de orientação baseadas no diagnóstico socioeconômico atual do setor, que governarão as ações políticas prioritárias a serem realizadas para a formalização do setor e a supervisão de seu desenvolvimento econômico. 6.3.1. Objetivo geral O objetivo geral da estratégia nacional em matéria dos PFNL (SNPA PFNL) é promover a valorização dos Produtos Florestais Não Madeireiros para que contribuam de forma sustentável para a luta contra a pobreza e para a segurança alimentar em Gabon.

43 6.3.2. Objetivo de desenvolvimento Os desafios de desenvolvimento da SNPA PFNL são fazer contribuir significativamente o setor PFNL para a criação de conhecimentos e riquezas, sob a orientação de uma política ambiental apropriada. 6.4. Eixos estratégicos A identificação dos eixos estratégicos se baseia nas observações feitas a partir do balanço diagnóstico das oportunidades e das restrições ao desenvolvimento do setor PFNL, e nos pontos fortes e fracos dos atores envolvidos neste setor. Ela também leva em conta os ativos institucionais, regulamentares, socioeconômicos já adquiridos. Trata-se, portanto, de apresentar os domínios prioritários sobre os quais devem ser realizadas ações para formalizar e desenvolver o setor PFNL em Gabon. Assim, os cinco eixos estratégicos identificados são: Fortalecimento do conhecimento sobre os PFNL e sobre as técnicas de gestão sustentável associadas à sua exploração; Elaboração e implementação do quadro institucional e regulamentar específico ao setor PFNL; Diagnóstico econômico e domínio da rastreabilidade das cadeias do setor PFNL; Fortalecimento das capacidades institucionais e humanas para o desenvolvimento do setor PFNL; Criação de um clima propício aos investimentos no setor. 6.4.1. Eixo estratégico I: Fortalecimento do conhecimento sobre os PFNL e sobre as técnicas de gestão sustentável associadas à sua exploração 6.4.1.1. Contexto e justificativa A análise diagnóstica do setor PFNL mostrou que este setor merece ser desenvolvido uma vez que apresenta desafios econômicos potenciais. De fato, a valorização dos PFNL é susceptível de produzir benefícios que podem contribuir significativamente para a economia nacional e para a segurança alimentar. O desenvolvimento do setor PFNL implica uma pressão sobre a recurso pela sua exploração e, portanto, requer, por preocupação com a conservação e preservação da biodiversidade gabonesa, uma política de gestão sustentável que assegure a sustentabilidade da recurso (WALTER e MALELE, 2006; ANÔNIMO, 2010). De fato, a exploração de renda e a gestão sustentável dos PFNL não devem ser realizadas sem um bom domínio da recurso. É nesse

sentido que atividades voltadas para a produção de conhecimentos quantitativos (dados de inventários localizados), qualitativos (diversidade específica) e científicos direcionados (ecologia, biologia, genética, sistemática...) devem ser consideradas para localizar, avaliar e gerenciar os estoques disponíveis. Campanhas de reflorestamento das áreas exploradas e a implementação de plantios florestais também devem ser consideradas através da prática de domesticação dos PFNL para acompanhar as atividades de exploração sustentável. Para realizar as atividades previstas no âmbito do Eixo estratégico 1, existem em Gabon muitos institutos de pesquisa, notadamente aqueles agrupados no CENAREST (IRAF, IRET etc.) que podem fornecer (ou intervir na fornecimento) de dados sobre os PFNL. Os dados a serem fornecidos são específicos a cada instituto. Assim, o IRET forneceria dados sobre os inventários, as quantidades, a distribuição e o estado dos recursos. O IRAF estaria voltado para as pesquisas das técnicas de domesticação eficiente dos PFNL e sua vulgarização através da formação dos agricultores.

44 Para incentivar o acesso e a livre circulação de conhecimentos teóricos e práticos sobre os PFNL a todos os atores envolvidos na exploração e gestão dos PFNL, iremos integrar a este eixo atividades relacionadas à divulgação em larga escala de documentos, metodologias e protocolos técnicos resultantes da produção de conhecimentos sobre os recursos exploráveis. 6.4.1.2. Objetivo operacional Melhorar os conhecimentos científicos e tecnológicos relacionados à valorização e à gestão durável dos PFNL. 6.4.1.3. Resultados esperados O recurso é inventariado e bem conhecido cientificamente; As tecnologias de valorização e as ferramentas de gestão sustentáveis específicas para PFNL são conhecidas. 6.4.2. Eixo estratégico II: Elaboração e implementação do quadro institucional e regulatório específico para o setor PFNL 6.4.2.1. Contexto e justificativa O estudo diagnóstico evidenciou que as atividades econômicas do setor PFNL no Gabon eram do tipo informal. Uma das etapas preliminares para formalizar esse setor consistiria em propor um quadro jurídico e institucional legal em matéria de PFNL (WALTER e MALELE, 2006). A lei florestal que rege todas as atividades relacionadas à exploração florestal no Gabão abrange em parte as atividades referentes à exploração de madeira. De fato, embora a exploração dos PFNL seja mencionada, ela ainda é pouco específica e incompleta em certos temas. Por exemplo, os textos que tratam do acesso, comercialização e compartilhamento justo e equitativo dos benefícios decorrentes da utilização dos PFNL não são especificados em um contexto econômico a nível nacional. Assim, com o objetivo de regular e governar o setor PFNL, por um lado, a necessidade de completar a Lei florestal em matéria de PFNL com base nos textos já existentes permanece uma prioridade. Além de um quadro jurídico que rege a exploração dos PFNL, um quadro fiscal e aduaneiro legal especificando os impostos relacionados ao transporte e à comercialização também contribuiria para a formalização desse setor, para o controle dos fluxos inerentes e para a produção de riquezas. A elaboração de uma lei incentivadora regulamentando a tributação fiscal e aduaneira específica para o setor PFNL poderia estimular o investimento e o comércio em escala internacional, uma vez que existe um real potencial de intercâmbios sub-regionais sobre certos PFNL, nomeadamente entre a África Ocidental e a África Central. No plano institucional, já existem duas principais estruturas técnicas, que são (i) A direção de valorização dos PFABO dentro do Ministério das Águas e Florestas e (ii) O Comitê Consultivo Nacional sobre os PFNL. A ausência de um quadro legal e regulatório limita a implementação das missões de gestão e supervisão das atividades socioeconômicas relacionadas aos PFNL que essas duas estruturas têm a cargo. Assim, este eixo estratégico se dedicará a propor atividades visando a elaboração e a difusão de (i) quadros legais e regulatórios que permitam regular, supervisionar e controlar a exploração, a gestão e o comércio dos PFNL. 6.4.2.2. Objetivos operacionais Elaborar e implementar um quadro institucional e regulatório específico para o setor PFNL;

45 Estimular o desenvolvimento do setor PFNL através da implementação de um quadro fiscal e aduaneiro específico e incentivador. 6.4.2.3. Resultados esperados A lei que trata da regulamentação relativa ao acesso e às modalidades de compartilhamento dos benefícios decorrentes da utilização dos PFNL é elaborada e integrada ao código florestal; Medidas fiscais e aduaneiras legais e incentivadoras ao investimento no setor PFNL são elaboradas e adotadas. 6.4.3. Eixo estratégico III: Diagnóstico econômico e controle da rastreabilidade das cadeias do setor PFNL 6.4.3.1. Contexto e justificativa Entre as fraquezas identificadas na análise socioeconômica do setor PFNL, a falta de organização dos atores, a dificuldade das técnicas de transformação, e a ausência de controle de certas etapas críticas de transformação, inerentes a certas cadeias dos PFNL foram destacadas (NGUEKO, 2010; BADINI et al. 2011; WALTER e MALELE, 2006). Além disso, embora os dados socioeconômicos resultantes de pesquisas sobre a contribuição real do comércio dos PFNL às famílias gabonesas sejam raros, o forte potencial econômico desse setor continua sendo evidente. De fato, embora em estado informal, a intensificação da pressão humana atual sobre certos PFNL, e sua representatividade nas prateleiras dos mercados locais, são a prova de uma demanda diária sustentada, e de fontes de renda significativas relacionadas à sua comercialização. A vontade política em matéria de desenvolvimento dos PFNL sendo manifesta, as decisões políticas em matéria de implementação e fortalecimento das capacidades desse setor devem se referir a um diagnóstico econômico rigoroso. Este último deve ser baseado em relatórios de estudos socioeconômicos e técnicos, quantitativos e representativos de um ponto de vista qualitativo e quantitativo das atividades e dos rendimentos resultantes da valorização dos PFNL em todo o território gabonês e até mesmo além. Este eixo estratégico permitirá destacar as forças e fraquezas de um ponto de vista humano, tecnológico, econômico e social inerentes a esse setor com base em critérios e normas de apreciação rigorosos. Os resultados oriundos desses diferentes estudos deverão ser divulgados e regularmente atualizados através de ferramentas de comunicação eficazes e acessíveis tanto aos atores do setor quanto ao grande público. 6.4.3.2. Objetivo operacional Estabelecer o potencial econômico das cadeias e identificar os diferentes atores envolvidos na valorização dos PFNL no Gabão. 6.4.3.3. Resultados esperados As principais cadeias de valorização dos PFNL são conhecidas e dominadas; As contribuições econômicas reais e potenciais do setor PFNL às famílias e ao PIB nacional são estimadas. 6.4.4. Eixo estratégico IV: Fortalecimento das capacidades institucionais e humanas para o desenvolvimento do setor PFNL 6.4.4.1. Contexto e justificativa

46 Os estudos realizados até o momento mostram que várias cadeias PFNL já se destacam nos mercados, mesmo que problemas de organização e técnicas de transformação limitem o controle total da rastreabilidade das cadeias de valorização dos PFNL desde a exploração até o produto final (NGUEKO, 2010; BADINI et al. 2011). As cadeias mais bem organizadas possuem micro-organizações (colhedores, transportadores, atacadistas, varejistas, etc.) que necessitam de apoio técnico e teórico sobre os conceitos básicos necessários para uma valorização ótima e de qualidade (alimentar, sanitária) (CTFC, 2009), mas também sobre os princípios de desenvolvimento sustentável que envolvem as noções de exploração legal, de gestão sustentável e de comércio justo do recurso valorizado. Em relação às orientações políticas e econômicas, a política setorial, a estratégia nacional e o plano de ações em matéria de PFNL devem constituir ferramentas de referência para a supervisão e o desenvolvimento do setor PFNL. As diretrizes contidas nesses documentos estratégicos devem permitir ao Gabão harmonizar e reorientar as intervenções/initiativas relacionadas aos PFNL, seja no âmbito de programas nacionais, seja no âmbito de colaboração com parceiros de desenvolvimento. Este

eixo estratégico se dedicará a propor diretrizes em termos de fortalecimento das capacidades institucionais, humanas e técnicas em matéria de PFNL com base no diagnóstico das cadeias e levando em conta os objetivos de desenvolvimento visados do setor. 6.4.4.2. Objetivo operacional Fomentar o desenvolvimento do setor PFNL por meio de recursos adequados e de ferramentas de decisão política. 6.4.4.3. Resultados esperados A estratégia nacional, o plano de ação PFNL associado à valorização dos PFNL e a Lei de política setorial específica para os PFNL são elaborados e adotados como ferramentas de decisão e orientação para o desenvolvimento do setor PFNL no Gabão. 6.4.5. Eixo estratégico V: Criação de um clima favorável a novos investimentos no setor PFNL 6.4.5.1. Contexto e justificativa O Eixo estratégico 5 apresenta, por um lado, orientações sobre os mecanismos de acesso às recursos financeiros, e por outro lado, atividades visando promover o fortalecimento das capacidades em matéria de investimento para o setor PFNL, de acordo com as disposições do protocolo de Nagoya (2010). É nesse sentido que é importante lembrar que o governo gabonês implementou "a Carta dos Investimentos" chamada lei 15/1998 (www.Droit-Afrique.com) que revoga todas as disposições anteriores sobre investimento, nomeadamente aquelas da Lei n° 7/89 de 6 de julho 1989 que trata do Código dos investimentos na República Gabonesa. Esta carta rege a promoção e a segurança dos investimentos privados em setores variados, com o objetivo de favorecer uma verdadeira diversificação de sua economia. As diretrizes da Carta dos investimentos são em parte implementadas pela Agência de Promoção dos Investimentos Privados (APIP) (MAGNAGA, 2007), assim como um certo número de disposições regulamentares adotadas no nível do sistema bancário e financeiro, que acompanham o desenvolvimento dos investimentos privados. Entre esses mecanismos de financiamentos públicos dos investimentos privados, estão os Fundos de Desenvolvimento e de Expansão das PME & PMI (FODEX) e os Fundos de Ajuda e Garantia (FAGA) (MAGNAGA, 2007).

-- 50 de 68 --

47 Cabe ainda ressaltar que, ao contrário da cadeia de madeira, que se beneficia de uma política de investimento específica (MAGNAGA, 2007) -regida pela nova lei n°016/01 de 13-12-2001 que trata do código florestal na República Gabonesa, e de duas estruturas administrativas, a Direção Geral das Florestas (DGF) e a Direção Geral das Indústrias, do Comércio de Madeira e da valorização dos Produtos Florestais (DGICBVPF)- encarregadas de fazer cumprir essa lei, o setor PFNL ainda está à margem das diretrizes e dispositivos precisos dedicados, por um lado, à regulamentação - quadro fiscal e jurídico específico - e, por outro lado, à promoção - medidas incentivadoras - de suas atividades econômicas (BA, 2009; BADINI et al. 2011). O desenvolvimento abaixo deste eixo estratégico se dedicará a definir os mecanismos e as diferentes atividades que contribuirão para alcançar os objetivos pré-definidos, e a avaliar os indicadores de desempenho. 6.4.5.2. Objetivos operacionais Estimular o desenvolvimento do setor PFNL através da implementação de mecanismos de financiamentos incentivadores e próprios ao setor; Incentivar os investimentos no setor PFNL através da supervisão das parcerias e do compartilhamento justo e equitativo dos benefícios decorrentes da utilização dos PFNL. 6.4.5.3. Resultados esperados Soluções regulamentadas de acesso aos financiamentos para o investimento no setor PFNL são ordenadas pelas políticas; Plataformas técnicas especializadas que supervisionam as atividades inerentes ao setor PFNL são implementadas.

-- 51 de 68 --

48 7. Quadro sinótico da estratégia Missão Elaborar uma estratégia nacional acompanhada de um plano de ações, para incentivar e orientar o desenvolvimento setorial dos Produtos Florestais Não Madeireiros por meio de sua valorização, garantindo ao mesmo tempo sua gestão sustentável. Visão Global Até 2025, o Gabão pretende fortalecer e capitalizar a valorização de seus Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM) enquanto assegura sua gestão sustentável,

através de um quadro legal adequado e de medidas incentivadoras específicas para o desenvolvimento do setor, que deverão levar, por um lado, à contribuição significativa desses produtos para a economia nacional, e por outro, ao compartilhamento justo e equitativo dos benefícios decorrentes de suas utilizações entre todos os atores das cadeias inerentes ao referido setor. Objetivo Global Orientar a valorização e a gestão sustentável dos Produtos Florestais Não Madeireiros para que contribuam para a luta contra a pobreza e para a segurança alimentar no Gabão. Objetivo de desenvolvimento Valorizar o setor PFNM fazendo-o contribuir para a criação de conhecimentos e riquezas, sob a orientação de uma política ambiental. Desafios Desafio 1 Compilação dos conhecimentos relacionados à recurso e ao seu uso sustentável Desafio 2 Aquisição do quadro institucional e regulamentar específico para os PFNM Desafio 3 Estado das cadeias e do potencial socioeconômico do setor PFNM. Desafio 4 Fortalecimento das capacidades relacionadas ao desenvolvimento do setor Desafio 5 Implementação de um quadro incentivador para o investimento no setor PFNM Eixos estratégicos Eixo 1 Fortalecimento dos conhecimentos sobre os PFNM e sobre as tecnologias de gestão sustentável associadas à sua exploração. Eixo 2 Elaboração e implementação do quadro institucional e regulamentar específico para o setor PFNM. Eixo 3 Diagnóstico econômico e controle da rastreabilidade das cadeias do setor PFNM. Eixo 4 Fortalecimento das capacidades institucionais e humanas para o desenvolvimento do setor PFNM Eixo 5 Criação de um clima favorável aos investimentos no setor

-- 52 de 68 --

49 Objetivos operacionais Melhorar os conhecimentos científicos e tecnológicos relacionados à valorização e à gestão sustentável dos PFNM Elaborar um documento jurídico legal que rege o acesso à recurso e as modalidades de compartilhamento justo e equitativo dos benefícios decorrentes de sua utilização. Estimular o desenvolvimento do setor PFNM por meio da implementação de um quadro fiscal e aduaneiro específico incentivador Estabelecer o potencial econômico das cadeias e os diferentes atores envolvidos na valorização dos PFNM no Gabão. Promover o desenvolvimento do setor PFNM por meio de recursos adequados e de ferramentas de decisão política. Estimular o desenvolvimento do setor PFNM por meio da implementação de mecanismos de financiamento incentivadores e próprios do setor. Incentivar os investimentos no setor PFNM por meio da orientação das parcerias e do compartilhamento justo e equitativo dos benefícios decorrentes de sua utilização. Resultados esperados O recurso é bem conhecido cientificamente As tecnologias de valorização e as ferramentas de gestão sustentáveis específicas para os PFNM são conhecidas. A lei sobre a Regulamentação relativa ao acesso e às modalidades de compartilhamento dos benefícios decorrentes de sua utilização é elaborada e integrada ao código florestal. Medidas fiscais e aduaneiras legais e incentivadoras para investimentos no setor PFNM são elaboradas e adotadas. As principais cadeias de valorização dos PFNM são conhecidas e controladas. As contribuições econômicas reais e potenciais do setor PFNM para as famílias e para o PIB nacional são estimadas. A estratégia Nacional, o plano de ação PFNM associado à valorização dos PFNM, e A lei de política setorial específica para os PFNM é elaborada e adotada como ferramentas de decisão e orientação para o desenvolvimento do setor PFNM no Gabão. Soluções regulamentadas de acesso a financiamentos para investimentos no setor PFNM são ordenadas pelas políticas. Plataformas técnicas especializadas que orientam as atividades inerentes ao setor PFNM são implementadas.

-- 53 de 68 --

50 8. Plano de ações da estratégia Eixo estratégico 1: Fortalecimento dos conhecimentos sobre os PFNM e sobre as técnicas de gestão sustentável associadas à sua exploração. Resultados : O recurso é inventariado e bem conhecido do ponto de vista científico e cultural As ferramentas de gestão sustentáveis específicas para a exploração dos PFNM são conhecidas. Indicadores de

desempenho : Novas publicações científicas e documentos de divulgação atualizados Os atores do setor PFNM são sensibilizados sobre os métodos de exploração sustentável e de baixo impacto dos PFNM através de oficinas e seminários Atividades Resultados esperados Indicadores de desempenho Cronograma (ano) A1 A2 A3 A4 A5 A1.Balanço dos conhecimentos atuais sobre os principais PFNM utilizados no Gabão (Art.7. Nagoya) O nível de conhecimento sobre os PFNM mais utilizados é estabelecido Relatórios de síntese bibliográfica x x x x x A2.Cartografia das zonas de distribuição e de exploração dos PFNM Os mapas da biogeografia e da intensidade de exploração dos PFNM são elaborados. O Mapa da distribuição espacial dos PFNM é editado e disponível. O mapa do nível de exploração espacial dos PFNM é editado e disponível. x x x x A3. Inventários dos PFNM do Gabão Os dados quantitativos e qualitativos sobre os PFNM e sua zona de abundância são conhecidos. Os Relatórios de inventários x x x x A4. Seleção de 7 principais PFNM Designação dos 7 principais PFNM Relatório de estudo analítico x

-- 54 de 68 --

51 potencialmente valorizáveis nos planos, econômico, cultural e nutritivo potencialmente valorizáveis a curto prazo. A5. Estado das coisas e Atualização das tecnicas de gestão sustentável dos PFNM as técnicas de exploração sustentável e com baixo impacto dos PFNM são conhecidas e atualizadas. As técnicas de domesticação e de multiplicação massiva dos PFNM são conhecidas e atualizadas Relatório de síntese Bibliográfica Relatórios de oficinas seminários de informação Relatórios de atividades, Protocolos científicos x A6. Estado das coisas e atualização dos ferramentas de gestão sustentável dos PFNM As normas e os critérios dos PFNM dentro dos planos de manejo são vulgarizados Os programas e os protocolos de reflorestamento são definidos. Planos de manejo Planejamento das campanhas de reflorestamento x A7.Sensibilização e Divulgação dos conhecimentos sobre os PFNM, suas utilizações e sua gestão durável Uma documentação relativa ao conhecimento dos PFNM, sua utilização e à sua gestão sustentável é elaborada e editada. Publicações Bases de dados físicas/digitais Oficinas/ seminários de divulgação x x Eixo estratégico 2: Elaboração e implementação do quadro institucional e regulamentar relativo aos PFNM. Resultados : A Regulamentação relativa ao acesso e às modalidades de compartilhamento dos benefícios decorrentes da utilização dos PFNM é integrada no código florestal. Medidas fiscais e aduaneiras legais e incentivadoras para o investimento no setor PFNM são elaboradas e adotadas pelas políticas. Indicadores de desempenho : Textos e decretos específicos sobre as modalidades de acesso e de compartilhamento dos benefícios resultantes da utilização dos PFNM são integrados no código florestal.

-- 55 de 68 --

52 Novos textos de aplicação específicos para o setor PFNM são integrados na Carta nacional de investimento Um plano fiscal e aduaneiro flexível e específico para os investimentos no setor PFNM é editado e adotado. Atividades Resultados esperados Indicadores de desempenho Cronograma (ano) A1 A2 A3 A4 A5 A1.Establecer as falhas na regulamentação relativa ao acesso, a utilização dos PFNM e ao compartilhamento dos benefícios resultantes nos textos e decretos existentes no código florestal. As insuficiências e falhas referentes ao acesso e ao compartilhamento justo e equitativo dos benefícios decorrentes da utilização dos PFNM são identificadas e conhecidas Relatório de reuniões Relatórios de oficinas de validação x A2.Reforçar o quadro legal e regulamentar sobre os PFNM com base nos textos existentes, suprindo as falhas e/ou fazendo emendas que integrem também as diretrizes do protocolo de Nagoya (Nagoya: Art. 7, 8, 12) Novos projetos de textos e decretos integrando as modalidades de acesso e de compartilhamento dos benefícios decorrentes da utilização dos PFNM são elaborados e propostos. O código florestal apresenta reformas sobre as modalidades de acesso

ao recurso e regulamenta agora o compartilhamento justo e equitativo dos benefícios decorrentes da utilização dos PFNM x A3.Integrar a promoção dos investimentos relacionados ao setor PFNM na carta nacional de investimentos e seus textos de aplicação Projetos de textos de aplicação sobre a promoção dos investimentos específicos para o setor PFNM são elaborados e adotados. O novo documento físico sobre a carta nacional de investimentos apresenta agora textos de aplicação referentes à promoção dos investimentos específicos para o setor PFNM x A.4.Implementar um regime fiscal e aduaneiro incentivador para o investimento no setor PFNM (imposto sobre o acesso, a coleta, a comercialização, a transformação e a exportação) Um plano fiscal e aduaneiro incentivador para o investimento no setor PFNM é elaborado e validado. O documento físico sobre o plano fiscal e aduaneiro relativo ao investimento no setor PFNM é editado e disponível x A5. Elaborar um código de boa conduta que regula o acesso e o compartilhamento relacionados à utilização dos PFNM (Nagoya Art. 12, Um documento que especifica as diretrizes, e as normas de melhores O documento sobre as boas práticas no setor dos PFNM é editado e disponível. x

53 20,24) práticas, de acesso e de compartilhamento dos benefícios relacionados aos PFNM A6. Divulgar o quadro legal e regulamentar sobre os PFNM aos atores do setor PFNM As reformas referentes aos textos de aplicação e leis sobre os PFNM são promulgadas a todos os atores do setor PFNM Bases de dados físicas/digitais Oficina/seminário de informação x Eixo estratégico 3: Diagnóstico Socioeconômico e controle da rastreabilidade do setor PFNM. Resultados : As principais cadeias de valorização dos PFNM são conhecidas e controladas. As contribuições econômicas reais e potenciais do setor PFNM para as famílias e para o PIB nacional são estimadas Indicadores de desempenho : O Relatório de síntese das principais cadeias PFNM no Gabão é editado e validado O Relatório estatístico do potencial econômico do setor PFNM no Gabão é editado e validado. Atividades Resultados esperados Indicadores de desempenho Cronograma (ano) A1 A2 A3 A4 A5 A1. Identificar as principais cadeias organizadas e com alto potencial econômico relacionadas à valorização dos PFNM A lista das cadeias dominantes é conhecida. Relatórios de estudo x A2. Descrever a organização completa das cadeias A rastreabilidade de cada uma das cadeias dominantes é estabelecida desde a exploração do recurso até o produto semi acabado/final elaborado. Relatórios de estudo x A3. Identificar os diferentes atores intervenientes nas cadeias Os diferentes atores envolvidos nas etapas unitárias das cadeias são identificados. Relatórios de estudo x

54 Eixo estratégico 4: Fortalecimento das capacidades institucionais e nacionais para o desenvolvimento do setor PFNL Resultados: O documento da estratégia Nacional e o plano de ação PFNL associado é validado e adotado Os principais operadores econômicos do setor são listados A4. Descrever as tecnologias aplicadas dos processos de valorização dos PFNL das referidas cadeias As tecnologias aplicadas aos processos de transformação são descritas O nível das tecnologias (artesanal/semi industrial/industrial) envolvido na valorização dos PFNL é apreciado. Relatórios técnicos x A5. Fazer um diagnóstico sobre as fraquezas, os ganhos, as forças e sobre as lacunas na organização das cadeias do setor PFNL e sobre as prioridades expressas pelas comunidades indígenas/locais (Nagoya, Art.22) O Diagnóstico humano, social, tecnológico, funcional e econômico das cadeias do setor PFNL é estabelecido. As prioridades das comunidades indígenas/locais são conhecidas. Relatórios socioeconômicos Relatório de Estudo setorial x A6. Propor soluções realistas para o fortalecimento das capacidades das principais cadeias com base no diagnóstico das fraquezas As ações a serem realizadas em termos de fortalecimento das capacidades das cadeias do setor PFNL são estabelecidas Soluções realistas acordadas para fortalecer as capacidades do setor são propostas. Ata da reunião Relatórios de

Oficina de validação x A7. Difundir as informações resultantes do estudo das cadeias do setor PFNL Um documento físico sobre a análise setorial das cadeias PFNL é elaborado e validado. Oficina/seminário Banco de dados x x

-- 58 de 68 --

55 A lei de política setorial específica para os PFNL é elaborada e adotada. As capacidades dos recursos humanos e tecnológicos das cadeias PFNL são fortalecidas Indicadores de desempenho: O documento dos eixos estratégicos e os planos de ação da Estratégia Nacional PFNL é editado e serve como documento base junto aos políticos para as orientações decisórias relativas ao setor PFNL. A lei de política setorial específica para os PFNL é editada e promulgada As ferramentas e as competências intelectuais e técnicas necessárias são adquiridas e dominadas pelos operadores do setor PFNL Atividades Resultados esperados Indicadores de desempenho Cronograma (ano) A1 A2 A3 A4 A5 A1. Verificar a consideração do projeto político nacional (plano estratégico Gabão Emergente), da lei de política Nacional em matéria de desenvolvimento, e das diretrizes do protocolo de Nagoya na elaboração da estratégia nacional e o plano d ação dos PFNL O documento SNPA PFNL integra ao mesmo tempo as orientações políticas nacionais em matéria de desenvolvimento e as diretrizes do protocolo de Nagoya sobre acesso e compartilhamento equitativo dos benefícios resultantes da utilização dos PFNL Relatório do comitê consultivo Nacional Oficina de validação x A2. Validar a estratégia nacional e o plano de ação de desenvolvimento dos PFNL O documento de SNPA PFNL é validado e adotado pelo governo. Relatório do comitê consultivo Nacional O documento físico da SNPA _PFNL é editado e disponível. x A3. Difundir a SNPA PFNL a todos os atores do setor florestal O documento de SNPA PFNL está disponível entre os principais atores envolvidos na exploração, gestão, e economia do setor florestal. Cartas de transmissão Banco de dados Oficina de informação x A4. Capitalizar as orientações e os planos de ação da SNPA PFNL nas decisões políticas, parcerias e atividades inerentes A SNPA PFNL é considerada nas orientações decisórias dos Ministérios envolvidos na gestão, exploração e desenvolvimento do Programas de pesquisa, Projetos florestais Linhas orçamentárias x x

-- 59 de 68 --

56 no desenvolvimento do setor florestal. setor florestal e rural. Estudos de impactos Parcerias Projetos rurais Relatórios de atividades anuais A5. Elaborar, validar e difundir a lei de política setorial sobre os PFNL referindo-se às diretrizes do protocolo de Nagoya (Art.7, 8, 22) A lei de política setorial sobre os PFNL é elaborada, validada e adotada pelos políticos O documento físico da lei de política setorial sobre os PFNL é editado e acessível x x A6. Melhorar as capacidades funcionais das estruturas técnicas encarregadas dos PFNL O comitê Consultivo Nacional (CCN) é muito operacional As estruturas técnicas ministeriais encarregadas dos PFNL são autônomas e eficazes. Ata de reuniões Relatórios de atividades Aplicação das diretrizes sub-regionais da COMIFAC sobre os PFNL x x x A7. Fortalecer e melhorar os ganhos dos atores do setor PFNL com base nas fraquezas identificadas durante o diagnóstico das cadeias (Nagoya, Art.22). Os atores do setor PFNL são sensibilizados sobre as noções de: O conceito de gestão sustentável A organização das cadeias O comércio justo As bases do marketing A segurança alimentar As oportunidades de pesquisa desenvolvimento Os atores do setor PFNL são Informados e treinados sobre: As técnicas de exploração de baixo impacto, As inovações tecnológicas aplicadas aos Diferentes tecnologias de valorização dos PFNL, Oficina e seminários de sensibilização e formação, Relatórios de oficinas Aplicação prática das formações pelos operadores econômicos Evolução dos equipamentos e das cadeias de transformação dos PFNL Evolução do nível de elaboração dos PFNL (Semi acabado/acabado) Diversificação dos produtos oriundos dos PFNL transformados e oferecidos nos mercados e nas grandes superfícies. Aumento das vendas dos produtos PFNL x x x

-- 60 de 68 --

57 As noções básicas de contabilidade, Gestão de recursos humanos Crescimento significativo das participações de mercado dos produtos PFNL A8. Sensibilizar os consumidores sobre as diretrizes do protocolo de Nagoya, a contribuição dos produtos PFNL elaborados à segurança alimentar e sobre as oportunidades econômicas de sua valorização Os principais produtos elaborados oriundos dos PFNL são conhecidos pelos consumidores. Os consumidores consomem preferencialmente produtos certificados e rotulados. Os locais de comercialização dos produtos elaborados oriundos dos PFNL são conhecidos e acessíveis. Os impactos econômicos oriundos da comercialização dos PFNL são divulgados e acessíveis para cada uma das principais cadeias. Campanhas publicitárias Feiras de exposição Dias de portas abertas nas PME/PMI Exposição e degustação gratuíta nas grandes superfícies. Dados econômicos x x x Eixo estratégico 5: Criação de um clima favorável aos investimentos no setor Resultados: Soluções regulamentadas de acesso a financiamentos para investimento no setor PFNL são ordenadas pelos políticos. Plataformas técnicas especializadas que regulamentam as atividades inerentes ao setor PFNL são implementadas. Indicadores de desempenho: Aumento significativo dos investimentos nacionais e internacionais nas cadeias do setor PFNL Aumento de parcerias formalizadas e da competitividade dos produtos elaborados oriundos dos PFNL Atividades Resultados esperados Indicadores de desempenho Cronograma (ano) A1 A2 A3 A4 A5 A1. Elaborar o guia do investidor no setor Um guia do investidor (que integra as regulamentações em vigor: comércio, O guia do investidor da cadeia PFNL é x

-- 61 de 68 --

58 fitossanitário, florestas, indústria, economia, social, controle de qualidade...) no setor dos PFNL é elaborado e adotado. editado e disponível Boletim informativo A2. Implementação pelo estado de linhas de crédito adequadas às atividades econômicas do setor PFNL Linhas de crédito adequadas às atividades dos PFNL e acessíveis a uma ampla gama de potenciais econômicos são ordenadas e implementadas. O número de operadores econômicos das cadeias do setor PFNL aumenta O número de adesões aos créditos Boletim informativo x x x A3. Elaborar cláusulas contratuais modelos para as parcerias entre os diferentes atores envolvidos nas cadeias (cf. Prot. Nagoya. ART.12, 19) Cláusulas contratuais modelos para as parcerias entre os diferentes atores envolvidos na cadeia PFNL são definidas e validadas. Impressos referentes às cláusulas contratuais modelos são editados e disponíveis. Relatórios de atividades x A4. Enquadrar a negociação das cláusulas contratuais entre as partes parceiras da cadeia PFNL Uma plataforma de enquadramento das cláusulas contratuais para os atores envolvidos em parcerias da cadeia PFNL é ordenada e constituída. Contratos formalizados de parcerias relativos ao setor PFNL são registrados Relatórios de atividades x x x A5. Definir e implementar uma estratégia de rotulagem e certificação dos PFNL acesso sobre a conservação e uso sustentável do recurso (encorajar a assinatura do tratado de Madrid sobre a propriedade intelectual, Nagoya Art. 9) Um procedimento de rotulagem e de certificação dos PFNL do Gabão (encorajar a assinatura do tratado de Madrid sobre a propriedade intelectual) é elaborado e validado. O procedimento de rotulagem e de certificação dos PFNL do Gabão é editado e disponível Oficinas/seminários de informação e de validação x x x A6. Identificar uma autoridade administrativa encarregada de regular o compartilhamento justo e equitativo dos benefícios decorrentes da utilização dos PFNL Uma plataforma administrativa encarregada de regular o compartilhamento justo e equitativo dos benefícios decorrentes da utilização dos PFNL é designada/constituída. O número de pedidos de adesão registrados Os benefícios registrados Relatórios de atividades x

-- 62 de 68 --

59 A7. Implementar mecanismos de proteção e de compartilhamento dos saberes tradicionais associados à utilização dos recursos genéticos (sistema sus gêneris) (prot. Nagoya Art. 10,11)

Procedimentos relativos à proteção e ao compartilhamento dos saberes tradicionais locais associados aos recursos genéticos (sistema sus gêneris) são definidos e validados. Uma plataforma encarregada da proteção e do compartilhamento dos saberes tradicionais locais associados aos recursos genéticos (sistema sus gêneris) é designada/constituída. Um serviço de proteção e de compartilhamento dos saberes tradicionais locais associados à utilização dos recursos genéticos (sistema sus gêneris) está operacional. O número de pedidos de adesão ao serviço de Proteção dos saberes Relatórios de atividades x A8. Difundir em larga escala as medidas incentivadoras relativas à valorização dos PFNL As medidas incentivadoras sobre investimento nas cadeias PFNL amplamente conhecidas. As medidas incentivadoras sobre o investimento da cadeia PFNL são editadas e divulgadas Oficinas/seminários de informação Banco de dados x x x

60 CONCLUSÃO A estratégia nacional e o plano de ações de desenvolvimento do setor de PFNL propostos no âmbito deste documento apresentam diretrizes sobre os desafios, as questões, os objetivos e as ações concretas a serem realizadas para formalizar este setor, e assim eliminar a opacidade sobre as atividades socioeconômicas de renda resultantes da valorização dos PFNL da floresta gabonesa. Os eixos estratégicos de desenvolvimento identificados resultam do estado das coisas, das conquistas, das fraquezas e do potencial evidenciado pela análise socioeconômica atual do setor PFNL. De um ponto de vista geral, a principal questão nos prazos dos primeiros cinco anos é enfatizar a estruturação institucional e jurídica específica para o setor PFNL, a fim de regular as atividades, proteger o recurso e propor um quadro de trabalho legal aos diferentes atores envolvidos neste setor. Além disso, a compilação de conhecimentos generais úteis à valorização e à gestão sustentável dos recursos é considerada como um preâmbulo necessário para o início e a supervisão das atividades tecnológicas e econômicas do setor. Por fim, o fortalecimento das capacidades nacionais dos atores e a proposta de medidas incentivadoras ao investimento são consideradas como trampolins estratégicos que devem permitir ao setor PFNL contribuir de forma significativa para o desenvolvimento da economia gabonesa, através da produção de riquezas e de emprego para as populações locais. À luz das exigências internacionais de gestão sustentável e de comércio justo, integramos os dispositivos do protocolo de NAGOYA relativos ao "compartilhamento justo e equitativo dos benefícios decorrentes da comercialização dos PFNL" nas atividades de implementação da estratégia nacional PFNL no Gabão. O plano de ações associado aos diferentes eixos estratégicos não é exaustivo, ele propõe atividades principais necessárias para a realização dos resultados esperados. O cronograma das atividades estabelecido é apenas uma estimativa, será necessário, na definição das tarefas associadas às diferentes atividades, e levando em conta os imprevistos técnicos, fiduciários e aleatórios, dá-lhe a medida realista a ser considerada. O plano de ações será implementado em parte pela administração florestal, e mais especificamente pela estrutura responsável pelos PFABO; daí a necessidade de tornar essa entidade funcional o mais rápido possível. Essa estrutura será apoiada por outras organizações, governamentais ou não governamentais, de acordo com seus respectivos domínios de competência; assim, a implementação do plano de ações caberá a todos os atores. O CCN poderá ser responsável pelo acompanhamento e pela avaliação da implementação deste plano de ações. Ele atuará assim como um "comitê de pilotagem". O sucesso da implementação desta estratégia, e especialmente do plano de ações, dependerá fortemente do compromisso político do Gabão e do apoio dos parceiros ao desenvolvimento. De fato, o funcionamento efetivo dos órgãos (estrutura estatal responsável pelos PFABO e CCN) exigirá a disponibilização de recursos materiais, humanos e financeiros realistas. A implicação e a participação dos outros atores (produtores, comerciantes, populações rurais, etc.) serão primordiais para o sucesso deste processo, é nesse sentido que meios de comunicação eficazes devem ser considerados. Os PFNL da floresta gabonesa

apresentam potenciais biológicos, socioeconômicos e culturais significativos, que merecem ser valorizados a fim de produzir bens e serviços para as populações locais. O plano de ações da estratégia nacional em matéria de PFNL propõe caminhos e meios práticos e objetivos que permitem formalizar este setor, encaminhá-lo e gerir os benefícios resultantes das atividades relacionadas. A consideração deste documento estratégico como ferramenta decisional básica que governa a política setorial dos PFNL, pelo governo gabonês, deve iniciar de maneira

61 significativa, a contribuição do Pilar "Gabon Verde" para a diversificação da "economia verde" nacional nos próximos cinco anos.

62 BIBLIOGRAFIA ANÔNIMO 2010. Oficina de lançamento Oficial do Projeto no Gabão e do Processo de Formulação da Estratégia e Plano de ações nacional para o desenvolvimento do setor de produtos florestais não madeireiros na república gabonesa. GCP/RAF/441/GER. Libreville de 14-15 de Junho de 2010. BA, A, 2009. Problema do acesso aos serviços financeiros para a microempresa no Gabão. Planet Finance, Serviços de Consultoria. 8p. BADINI, Z., KABORE, M., VAN der MHEEN_ SLUIJER, J & VELLEMA, S. 2011. Histórico da cadeia do karité em Burkina Faso e dos serviços oferecidos pelos parceiros técnicos e financeiros aos atores. 25p BOUANGA IMENGUET E. 2006. Impacto socioeconômico do eixo rodoviário Léyou- Franceville na cidade de Moanda COMIFAC.2004. Plano de Convergência para a Conservação e a gestão sustentável dos ecossistemas florestais da África Central. Yaoundé, Camarões. 51p COMIFAC. 2008. Diretrizes sub-regionais relativas à gestão sustentável dos Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNL) de origem vegetal na África Central. FAO- GTZ. 24p. CFTC, 2009. Relatório da oficina sobre as "Técnicas de valorização, transformação, comercialização e implementação de um sistema de informação dos mercados de PFNL na região do Leste dos Camarões". Centro Técnico da floresta comunal. 16P. EYI NDONG C.H., 2009. Estudo dos fungos da floresta densa úmida consumidos pelas populações do norte do Gabão. Tese de Doutorado. Universidade Livre de Bruxelas. 271p. FAO. 2007. Gestão dos recursos naturais fornecendo os PFNL na África Central. Departamento de Florestas, 79 p. Lei n°15/1998 instituindo a carta dos investimentos: Gabão Carta dos Investimentos do Gabão. www.Droit-Afrique.com. 4p. MADAMBA N. 2009. Estudo socioeconômico das cadeias de produtos florestais diferentes do madeira: caso das folhas de Marantáceas e do Garcinia mannii na Estuário do Gabão. ENGREEF. Montpellier. 78p. MAGNAGA NGUEMA, V. 2007. Estudo de casos dos Impactos das Políticas e práticas em matéria de Investimento nas florestas. Caso do Gabão. Relatório OIBT Gabão.27p. MANIRAKIZA D. 2007. GCP/RAF/398/GER "Fortalecimento da segurança alimentar na utilização sustentável dos Produtos Florestais Não Madeireiros. Estudo do consumo de Irvingia spp. (manga selvagem) e Ricinodendron heudelotii (njansang) em Yaoundé e Libreville. FAO. CIFOR/África. 29p. MINISTÉRIO DA ECONOMIA FLORESTAL, DAS ÁGUAS, DA PESCA RESPONSÁVEL PELO MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO DA NATUREZA 2002. Estudo de viabilidade sobre os produtos florestais não madeireiros de origem vegetal no Gabão. Cooperação Francesa. IRAF.

63 MVOU BIYOGO T. 2010. Exploração dos produtos florestais não madeireiros no Gabão: caso da resina de okoumé. ENGREEF. Montpellier.99p NGUKO, R. 2010. Promoção das cadeias promissoras dos PFNL. GCP/RAF/408/EC : "Mobilização e fortalecimento das capacidades das pequenas e médias empresas envolvidas nas cadeias de produtos florestais não madeireiros na África Central". 13p. NGOYE A. 2010. Revisão bibliográfica sobre os produtos florestais não madeireiros: Caso do Gabão. CIFOR-IRET. 45p. NGOYE A. e EYONG-YONG MENDOME R. 1996. Estudo da classificação das fruteiras selvagens segundo seu valor comercial no Gabão.

CENAREST. NGOYE A., NTOUTOUME C. e BADOLE LIPOYE M. 2003. Contribuição ao estudo dos PFNL: caso do Gnetum africanum na região de Lastourville no nordeste do Gabão. Relatório IRAF/ DAG/URAF, 20 p. PROTOCOLO DE NAGOYA, Outubro 2010. "O acesso aos recursos genéticos e o compartilhamento justo e equitativo dos benefícios decorrentes de sua utilização relativo à convenção sobre a diversidade biológica". Convenção sobre a diversidade biológica, Nações Unidas, Ed, 2012. PSGE, 2011. O Gabão Emergente Plano Operacional 2011-2016. Plano Operacional Setorial Madeira e Economia Florestal, Vol 2. Desempenhos, Consultoria de Gestão, Maio 2011. 12p. REPÚBLICA GABONESA. 1983. Decreto n° 1746/PP/MEF fixando as atribuições e a organização do ministério das águas e florestas. REPÚBLICA GABONESA. 1993. Lei n°16/93 de 26 de agosto de 1993 relativa à proteção e à melhoria do meio ambiente. REPÚBLICA GABONESA. 2001. Lei n°16/01 de 31 de dezembro de 2001 que institui o código florestal na República gabonesa. REPÚBLICA GABONESA. 2004. Carta de política dos setores floresta, pesca e aquicultura, áreas protegidas, meio ambiente e formação. REPÚBLICA GABONESA. 2004. Decreto n°000692/PR/MEFEPEPN fixando as condições de exercício dos direitos de uso costumeiros em matéria de floresta, fauna de caça e pesca. REPÚBLICA GABONESA. 2004. Decreto n° 001029/PR/ MEFEPEPN regulamentando a exploração, a transformação e a comercialização dos produtos diferentes da madeira. REPÚBLICA GABONESA. 2004. Decreto n°001028/PR/MEFEPEPN fixando as condições de criação das florestas comunitárias. REPÚBLICA GABONESA. 2005. Ministério do planejamento e da programação do desenvolvimento. Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DSCRP). REPÚBLICA GABONESA. 2007. Lei n°03/2007 de 27 de agosto de 2007 relativa aos parques nacionais.

64 REPÚBLICA GABONESA. 2008. Ordem n° 011/PR/2008 de 25 de julho de 2008 modificando certas disposições da lei 16/01 de 31 de dezembro de 2001 que institui o código florestal na República gabonesa. REPÚBLICA GABONESA. 2009. Decreto n°0137/PR/MEFEPA que estabelece a reserva de certas espécies vegetais de usos múltiplos da floresta gabonesa. RUIZ-PEREZ, M., OUSSEYNOU NDOYE., ANTOINE E. 1999. Marketing de produtos florestais não madeireiros na zona florestal úmida dos Camarões. Unasylva 198(50): 12-19 SHACKLETON S., PATRICIA S., OUSSEYNOU N. 2007. Invisível, mas viável: reconhecendo mercados locais para produtos florestais não madeireiros. International Forestry Review, vol. 9(3): 697-712. SCHRECKENBERG, K., AWONO A., DEGRANDE A., MBOSSO C., NDOYE O., e TCHOUNDJEU Z. 2006. Domesticando árvores frutíferas indígenas como contribuição para redução da pobreza. Floresta, Árvores e Meios de Vida 16: 35-51 TABUNA H. 1999. O mercado de produtos florestais não madeireiros da África central na França e na Bélgica. Produtos, Atores, Circuitos de Distribuição e Saídas Atuais. Center for International Forestry Research (CIFOR). 37p. TCHATAT.M., OUSSEYNOU N. e NASI.R., 1999. Produtos Florestais Diferentes da Madeira (PFABO): lugar na gestão sustentável das florestas densas úmidas da África Central. Projeto FORAFRI. Camarões. 103p YOGA J. A. 2009: Pressão antropogênica sobre as marantáceas (exploração socio- econômica) na zona de Libreville: caso do impacto da quantidade de paus de mandioca comercializados. USTM memória de fim de ciclo, 81 páginas. WALTER S., NOUBISSE E., TIEGUHONG J.C., OUSSEYNOU N. 2008. Análise dos aspectos socioeconômicos dos produtos florestais não madeireiros na África Central. GTZ, COMIFAC, FAO. 48p. WALTER, S & MALELE MBALA, S. 2006. Nota de informação sobre "o Estado das Coisas do Setor Produtos Florestais não madeireiros na África Central e Análise das Prioridades políticas". 34p.